

Convênio DIEESE/SERT

Estudo Exploratório



**A Natureza do
Crescimento
Econômico**

Observatório
Permanente de
Situações de
Emprego e
Formação
Profissional

Outubro de 2000

Sumário

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Apresentação | 1 |
| Parte 1 – Cenário Recente da Trajetória Econômica Brasileira e suas Transformações | |
| Breve histórico econômico dos anos 90 | 4 |
| Qual é a natureza do novo processo de crescimento econômico? | 31 |
| Parte 2 – Debate da Natureza do Crescimento Econômico: Perguntas e Respostas | |
| Principais perguntas | 35 |
| 1) A economia brasileira já retomou o crescimento sustentado? | 36 |
| 2) Quais são os elementos limitadores para um cenário de crescimento sustentado? | 39 |
| 3) Quais são os setores potencialmente estranguladores em um cenário de crescimento? | 42 |
| 4) Quais os setores chaves em uma retomada de crescimento? | 44 |
| 5) Haverá uma desconcentração regional no Estado de São Paulo nos próximos anos? | 47 |
| 6) O emprego manterá a relação atual entre crescimento do PIB e crescimento da ocupação? | 49 |
| 7) Em que ritmo a taxa de desemprego cairá nos próximos anos? | 51 |
| 8) Qual a composição e qualidade dos empregos que serão gerados nos próximos anos? | 53 |
| 9) Qual a composição do capital nos investimentos no Estado de São Paulo? | 58 |
| 10) Quais as políticas do Estado de São Paulo em relação a atração e manutenção dos investimentos? | 59 |
| Bibliografia | 61 |

APRESENTAÇÃO

Este Estudo Exploratório segue as orientações da metodologia do Observatório Permanente de Situação de Emprego e Formação Profissional, e tem como objetivo delimitar um conjunto de questões relevantes e de indicadores selecionados sobre o tema – **A Natureza do Crescimento Econômico: seus impactos sobre o emprego.**

A realização deste estudo insere-se no âmbito do “Projeto de Acompanhamento dos Programas de Emprego e Renda e Manutenção de Bases de Dados sobre Mercado de Trabalho no Estado de São Paulo”, firmado entre o DIEESE e a SERT/SP.

Atendendo à dimensão exploratória da análise do crescimento econômico no país, este trabalho está estruturado em duas partes. Na parte 1, introduz-se o cenário recente da trajetória econômica brasileira e suas transformações, através da:

- ◆ apresentação de um histórico dos anos 90;
- ◆ análise dos elementos que estão presentes no panorama nacional e que são relevantes para a compreensão de uma nova fase de crescimento econômico.

Na parte 2, procura-se estender o olhar para as perspectivas de crescimento do país, através da resposta a um elenco de questões relevantes para a análise prospectiva do problema. As considerações sobre as questões propostas são acompanhadas de indicadores, de forma a subsidiar os comentários e permitir uma avaliação de aspectos relevantes nas discussões do Observatório.

Segundo a metodologia de observação, o estudo exploratório constitui uma construção coletiva e sua finalização depende do posicionamento dos atores sociais envolvidos no problema principal e seus derivados. Esta etapa do

trabalho será realizada pela equipe do Observatório da SERT/SP. Todas as questões relevantes levantadas nestas consultas deverão ser apresentadas junto com este estudo, em um seminário de discussão do tema com as entidades que integram o Observatório, além de outras personalidades e/ou organizações envolvidas com o tema.

A experiência do DIEESE no tema ora estudado permite indicar alguns atores que julgamos importantes para serem consultados, são eles:

- ◆ **BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- ◆ **CAT** - Central Autônoma dos Trabalhadores
- ◆ **CEPAM** - Fundação Prefeito Faria Lima
- ◆ **CESIT** - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
- ◆ **CGT** - Confederação Geral dos Trabalhadores
- ◆ **CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- ◆ **DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
- ◆ **FEBRABAN** - Federação Brasileira dos Bancos
- ◆ **FECESP** - Federação do Comércio do Estado de São Paulo
- ◆ **FIESP** - Federação da Indústria do Estado de São Paulo
- ◆ **Força Sindical**
- ◆ **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ◆ **PNBE** - Pensamento Nacional das Bases Empresariais
- ◆ **SDS** - Social Democracia Sindical
- ◆ **SEADE** - Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados
- ◆ **SEBRAE** - Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
- ◆ Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo
- ◆ Secretaria de Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo
- ◆ **SERT/SP** - Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo
- ◆ **SINDUSCON** - Sindicato da Indústria da Construção Civil
- ◆ **SOBEET** - Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica

PARTE 1

CENÁRIO RECENTE DA TRAJETÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Breve histórico econômico dos anos 90

A primeira metade da década de 90, no Brasil, foi marcada por planos de estabilização que objetivavam o fim das altas taxas de inflação presentes na economia brasileira desde a segunda metade da década de 80.

A escalada da inflação resultou de políticas de ajuste efetuadas no início dos anos 80, que tinham como meta administrar a crise no balanço de pagamentos dos países devedores debelada pelo aumento das altas taxas de juros internacionais e pela falta de financiamento externo. O receituário pregado pelo FMI, incluía entre outras medidas, a geração de superávits comerciais, depreciação constante da taxa de juros, redução do nível da demanda interna, redução do nível da massa salarial e o fim do déficit público. O resultado das políticas de ajuste do setor externo, principalmente das sucessivas desvalorizações cambiais, foi o agravamento da situação das finanças públicas, dada a alta concentração da dívida externa nas mãos do Estado brasileiro. Além disso, a recessão interna e a alta da inflação corroeram a receita tributária e as receitas das empresas estatais.

A inflação passou a ser combatida por meio de planos de estabilização de cunho heterodoxo, que incluíam medidas como o congelamento de preços, salários e contratos, a troca de moeda, o uso de tablitas e de gatilhos que reajustavam os salários cada vez que a inflação atingisse um determinado patamar. Lista-se, entre estes os planos Cruzado, Verão, Bresser e já na década de 90, o Plano Collor e o Plano Collor II.

Entre as ações adotadas no início da década de 90, destaca-se o Plano Collor e programas de modernização que visavam a redução das margens de lucro e o

aumento da produtividade como medidas de abertura às importações, estímulo à entrada do capital estrangeiro, privatização, desregulamentação, entre outras.

Entre os anos de 90 e 92, essa opção levou a um ajuste recessivo, principalmente através da retenção dos ativos financeiros (poupanças e aplicações). Isso permitiu a execução de uma política monetária que objetivava a redução da liquidez como forma de desaquecer a economia e diminuir a taxa de inflação. Esse ajuste também incluiu medidas de restrição ao crédito ao consumidor e o fim das operações de *overnight* para pessoas físicas e jurídicas não financeiras.

A política industrial do governo privilegiou a modernização e a competitividade da sociedade brasileira, incluindo, desta forma, as empresas que deveriam aprender a conviver com a concorrência externa, enfatizando um Estado que deveria se tornar menor e mais eficiente, e os trabalhadores, que deveriam conviver em um ambiente mais competitivo.

As principais diretrizes desta política foram as privatizações, o programa de desregulamentação, a eliminação dos incentivos setoriais e a constituição de estímulos à exportação. Ao longo dos dois anos e meio de governo, o nível de atividade econômica caiu e muitas empresas, principalmente as maiores, começaram a realizar uma reestruturação apoiada na redução do quadro de pessoal. Além disso, novas formas de ajustamento ou racionalização foram adotadas como métodos de organização do trabalho e da produção – círculo de controle de qualidade, *just in time*, cortes de níveis hierárquicos e terceirização.

A política fiscal foi pautada na idéia de um equilíbrio do orçamento fiscal, mas que foi alcançado por um corte de despesas e uma diminuição dos gastos públicos, principalmente pelo arrocho promovido nos salários dos servidores

públicos federais. Esta política também foi um fator decisivo para o desaquecimento da economia.

A política salarial buscou a desindexação dos salários através de medidas provisórias que repunham uma taxa inflacionária menor do que a efetivamente ocorrida. Como resultado, observa-se a diminuição do poder de compra dos assalariados, um decréscimo na massa de rendimentos reais e um forte crescimento do desemprego.

A partir de 1993, inicia-se a preparação do Plano Real. O plano de estabilização esteve apoiado em alguns elementos centrais, que balizaram o rumo da política econômica do país ao longo da segunda metade da década de 90. A taxa de câmbio foi empregada como instrumento de combate à inflação, de forma a alinhar a inflação brasileira à inflação internacional. Assim, uma taxa de câmbio estável, próxima ao dólar, fez com que os preços dos produtos importados se tornassem mais competitivos internamente, de maneira que os produtores nacionais fossem obrigados a baixar seus preços para fazer frente à concorrência. Como resultado, ocorre a perda da competitividade dos produtos nacionais, o crescimento das importações, a tentativa de adequações do processo produtivo, o acúmulo sucessivo de déficits na balança comercial e na balança de transações correntes.

No período que precedeu o Real, houve um esforço para acumular reservas internacionais, que, no entanto, não foram suficientes para sustentar o déficit das contas externas. Por isso, foram implementadas políticas monetárias, tributárias e cambiais compatíveis com a atração de capitais especulativos. Todo este movimento gerou uma enorme dependência de capitais de curto e médio prazo. Também neste período tentou-se implantar um ajuste fiscal com objetivo de resgatar a imagem das instituições públicas e aumentar as receitas

do Estado. Isto porque, o aumento da taxa de juros, promovido após a implantação do Real, oneraria em muito a contas públicas.

Em relação à política monetária, optou-se por uma taxa de juros alta e pela restrição ao crédito, para conter a demanda interna, aquecida pelo fim da inflação, e para atrair capitais estrangeiros, de forma a assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos.

O Plano Real, desde a sua implantação, vem sofrendo mudanças significativas que permitem estabelecer períodos distintos em sua evolução. Nos primeiros dezoito meses, seus resultados foram bastante positivos em várias frentes: ocorreu uma progressiva desinflação que interrompeu a trajetória hiperinflacionária; acelerou-se o nível de atividade da economia brasileira, com ampliação do emprego e queda das taxas de desemprego; o crescimento da renda promoveu uma ligeira desconcentração e, ao mesmo tempo, uma queda da pobreza, principalmente após a elevação do salário mínimo, em maio de 1995.

Porém, essa fase de prosperidade encerrou-se após a primeira crise gerada pela sobrevalorização da moeda nacional. Em março de 1995, para interromper uma fuga de capitais provocada pela crise mexicana, o governo adota medidas recessivas como o corte no crédito e choque de juros, além de uma mudança no regime cambial. Os efeitos dessas medidas foram imediatos sobre o comportamento do emprego e da produção industrial, que inicia uma longa queda, mas demoraram para atingir outros setores, devido à inércia do intenso crescimento do PIB, que chega a 10% no primeiro semestre de 1995.

O quadro se modificou a partir de 1996. A desinflação continuou, mas a trajetória de crescimento e desconcentração da renda foi interrompida. O desemprego passou a evoluir de forma dramática, agravando-se a cada choque

de juros adotado. A estabilidade monetária não foi acompanhada por uma efetiva estabilidade econômica, pois o nível de atividade passou por várias mudanças abruptas. Em outubro de 1997, novo choque de juros foi realizado para manter a política de sobrevalorização da moeda, abalada pela crise asiática, que atingiu a Tailândia, Coréia, Indonésia e Hong Kong. Passado esse momento, menos de um ano depois, a crise da moratória russa atingiu novamente a economia brasileira, a partir de agosto de 1998. O governo seguiu o mesmo caminho e realizou, a partir de novembro, outro choque de juros. Desta vez, a política não funcionou e a fuga de capitais não foi interrompida. Mas os efeitos sobre a renda e o desemprego foram drásticos: o PIB cai pela primeira vez desde o início do Plano, o rendimento médio dos ocupados regrediu e o desemprego superou os recordes dos últimos quinze anos.

O governo articulou, então, um acordo com o FMI e países desenvolvidos e conseguiu uma linha de crédito de US\$ 41 bilhões para impedir o ataque à moeda nacional. Esse acordo, que submeteu o Brasil ao controle do FMI, não impediu o colapso da política cambial e, a partir de janeiro, após uma mal sucedida tentativa de mudar o regime cambial, o mercado impôs a adoção da flutuação do real. Na prática, isso significou uma máxi desvalorização que pôs fim a sua âncora cambial e, do ponto de vista de sua racionalidade, ao próprio Plano Real.

Em julho de 1999, o momento foi de absorção do ajuste cambial. O salto nas taxas de inflação, mesmo não tendo uma evolução explosiva, foi suficiente para corroer os salários de forma significativa, que voltam rapidamente aos níveis reais anteriores ao Plano Real.

Inciou-se então, a construção de uma nova âncora da estabilização, através da política monetária orientada por metas inflacionárias (*inflation targeting*). Uma nova fase da política econômica é inaugurada, caracterizada pelo câmbio

flutuante, por metas de inflação e por uma promessa de ajuste fiscal, ainda a ser equacionada por uma reforma tributária em discussão no Congresso Nacional.

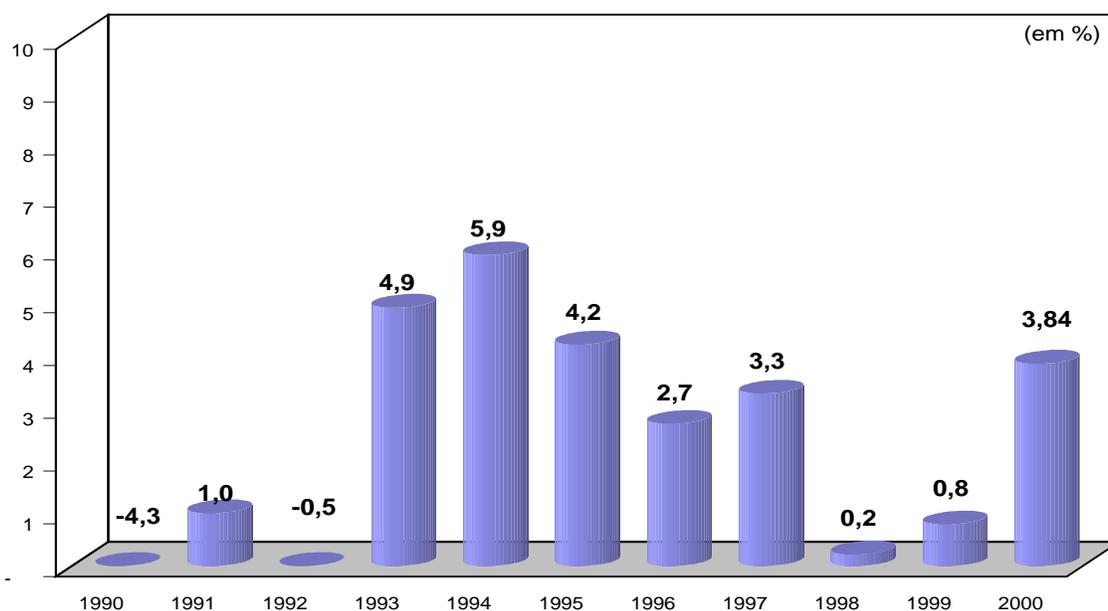
A seguir, serão apresentados os principais indicadores da economia referentes não só ao Brasil, mas também do Estado de São Paulo, que ajudarão a balizar a discussão da natureza do crescimento econômico e as perspectivas da economia para os próximos anos.

DESEMPENHO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 90

Comportamento do PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou taxas de crescimento irrisórias no início da década de 90. Entre 1994 e 1997, as taxas variaram entre 5,9% e 3,7%. Em 1998, o país pouco cresceu, pois a taxa apurada foi de 0,2% e em 1999, a variação foi de 0,8%. Para 2000, as previsões são de um crescimento próximo de 4%, e já se registrou, até junho, uma variação acumulada de 3,84%.

Gráfico 1 - Crescimento Real Anual do Produto Interno Bruto
Brasil 1990 - 2000



Fonte: IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: Em 2000, PIB referente ao segundo trimestre

O PIB por setor, apresenta taxas diferenciadas como mostra a tabela 1. O setor industrial vem apresentando taxas negativas desde 1998, mas, em 2000, já acumula, para o dois trimestres, um crescimento de 5%. Ao contrário do setor agropecuário, que mostra taxas positivas desde 1998, e em 1999 alcança 7,4%, o setor de serviços vem se mantendo com algum crescimento ao longo da década de 90, chegando a crescer 3,0% no ano de 2000.

**Tabela 1 – Evolução da Taxa do PIB, por setor
Brasil 1990-2000**

(em %)

| Anos | Indústria | Agropecuária | Serviços |
|-------------|------------------|---------------------|-----------------|
| 1990 | -8,2 | -3,7 | -0,8 |
| 1991 | 0,3 | 1,4 | 2,0 |
| 1992 | -4,2 | 4,9 | 1,5 |
| 1993 | 7,0 | -0,1 | 3,2 |
| 1994 | 6,7 | 5,5 | 4,7 |
| 1995 | 1,9 | 4,1 | 4,5 |
| 1996 | 3,3 | 3,1 | 2,3 |
| 1997 | 5,8 | -0,2 | 2,7 |
| 1998 | -1,3 | 0,4 | 0,8 |
| 1999 | -1,6 | 7,4 | 1,9 |
| 2000 | 5,0 | 6,5 | 3,0 |

Fonte: IBGE

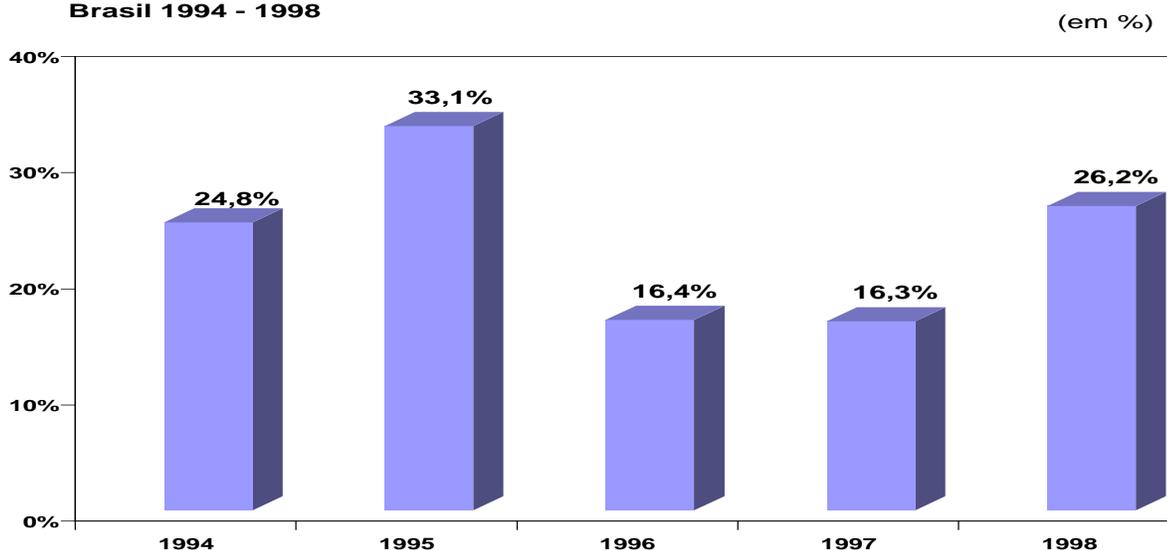
Elaboração: DIEESE

Obs.: Em 2000, dados acumulados de janeiro a junho

Taxa de Juros

As elevadas taxas de juros reais praticadas ao longo do Plano Real exercem o papel de atrair recursos externos e conter o crescimento econômico, impedindo possíveis pressões inflacionárias. Em 1998, a taxa média anual de juros chega a 26,2%, praticamente 10 pontos percentuais acima da registrada nos dois anos anteriores.

**Gráfico 2 - Taxa média anual de juros reais
Brasil 1994 - 1998**

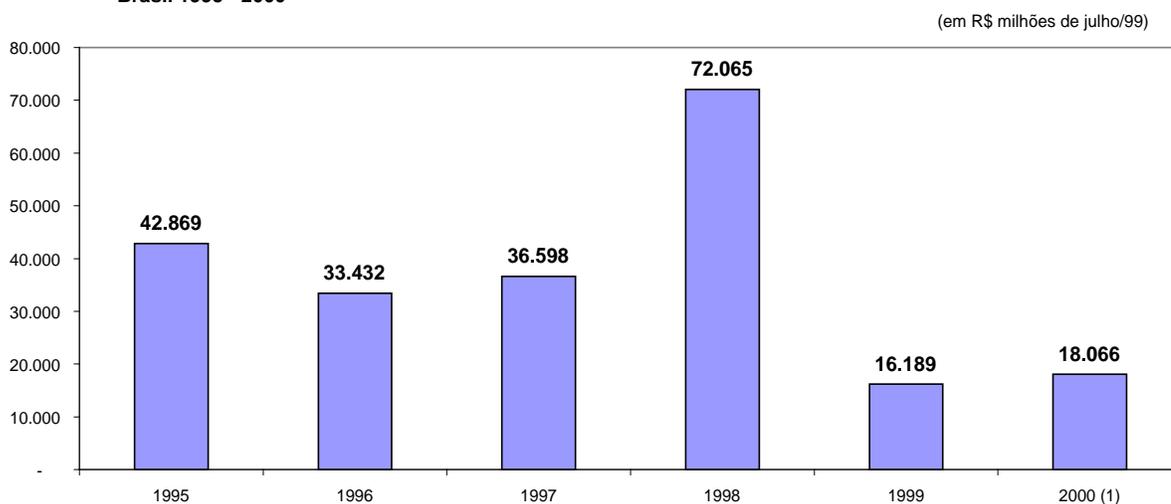


Fonte: Banco Central
Elaboração: DIEESE
Obs.: CDI - Overnight

Dívida Interna

As altas taxas de juros também têm impacto significativo sobre a dívida interna, ampliando sua participação no orçamento global do setor público. Só em 1998, o setor público pagou cerca de 72,5 bilhões de reais a título de juros sobre a dívida interna. Em 1999, o valor pago cai para 16,2 bilhões, pela política de redução da taxa de juros.

**Gráfico 3 - Estimativa de despesas com juros da dívida interna
Brasil 1995 - 2000**



Fonte: Banco Central

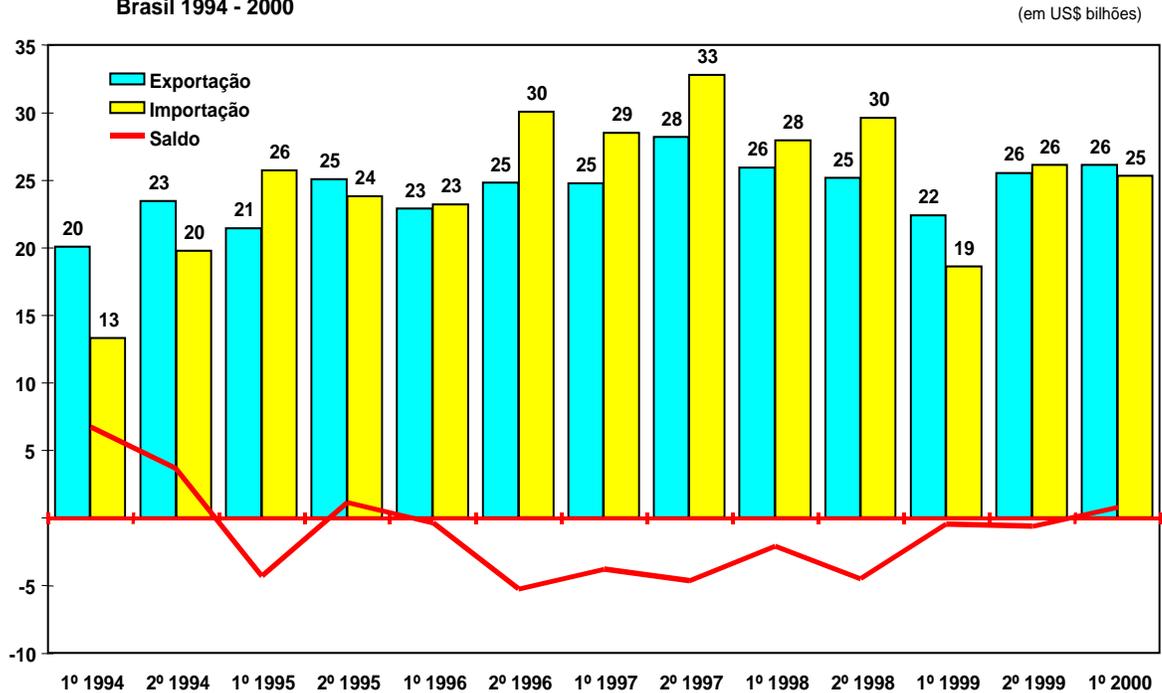
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Dados referentes a janeiro a junho

Balança Comercial

A abertura comercial provocou um crescimento das importações maior que o verificado para as exportações, levando a sucessivos déficits da balança comercial, a partir do primeiro semestre de 1995. Este quadro persiste até o primeiro semestre 2000, quando o saldo da balança deixa de ser negativo.

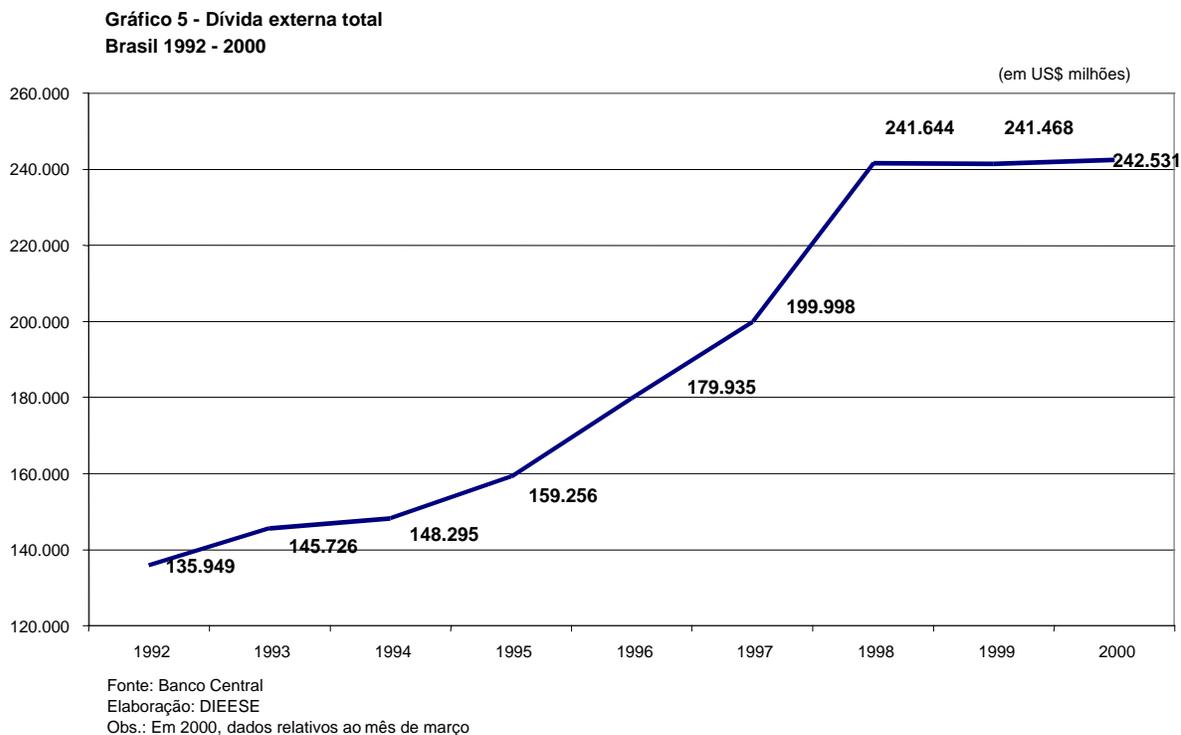
Gráfico 4 - Balança comercial por semestre
Brasil 1994 - 2000



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior
Elaboração: DIEESE
Obs: Valores até julho de 2000

Dívida Externa

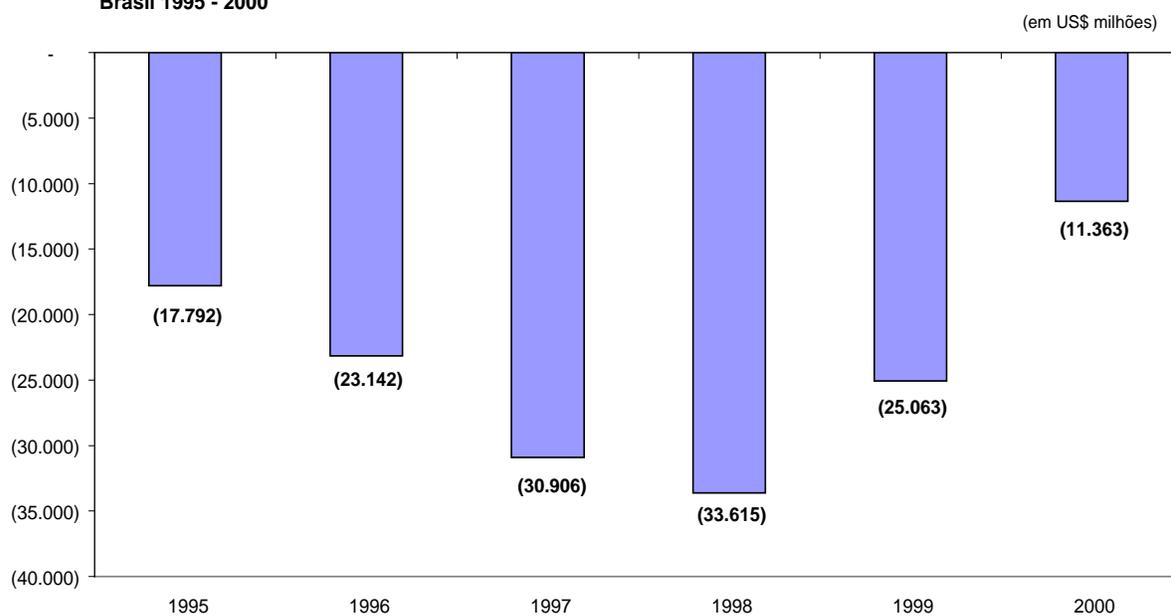
A política de abertura comercial no Plano Real foi sustentada pela captação de recursos externos que levaram ao aumento da dívida externa do Brasil. De 1994 a 1999, a dívida cresce 75,5 bilhões de dólares, como mostra o gráfico 5.



Transações Correntes

Os sucessivos déficits da balança comercial, associados ao aumento do pagamento dos juros da dívida externa e déficit na balança de serviços, acarretaram o crescimento do déficit nas transações correntes, que chega a 33 bilhões, em 1998. Com a política de desvalorização cambial, esse valor cai para 11 bilhões no início do ano de 2000.

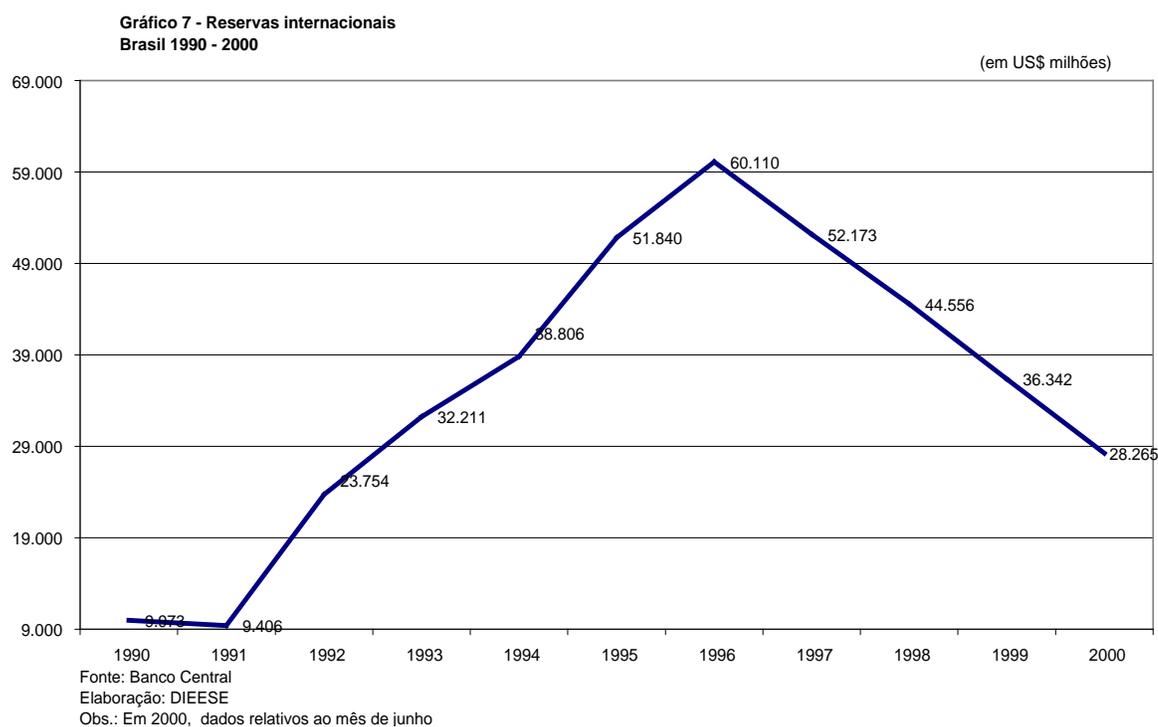
Gráfico 6 - Balanço de pagamentos - Déficit nas transações correntes
Brasil 1995 - 2000



Fonte: Banco Central
Elaboração: DIEESE
Obs: Em 2000, dados de janeiro a junho

Reservas Internacionais

O endividamento externo do país possibilitou crescimento significativo das reservas internacionais. Estas reservas sustentaram os déficits nas transações correntes observados durante a década de 90. Entre 1996 e 1998, houve saída significativa dessas reservas, fato ligado, principalmente, às incertezas dos credores internacionais frente à capacidade do Brasil de saldar seus compromissos. A trajetória descendente das reservas internacionais, a partir de 1996, pode ser melhor observada no gráfico 7.

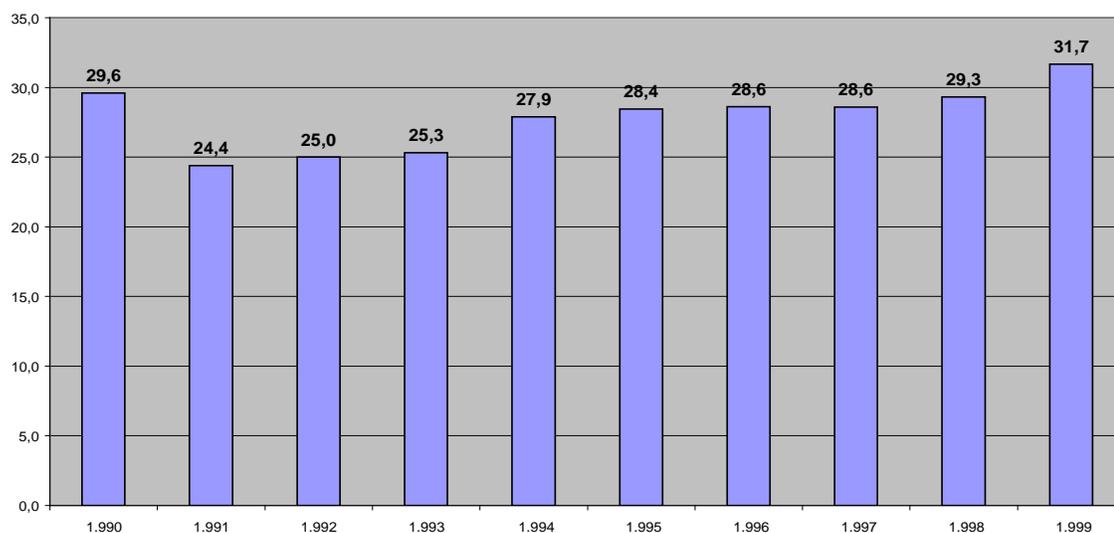


Carga tributária

A carga tributária no Brasil, ao longo da década de 90, representou entre 24% e 29% do PIB, mas no ano de 1999, esse valor alcança o patamar de 31,7%.

Gráfico 8 - Evolução da Carga Tributária
Brasil 1990-1999

(em % do PIB)



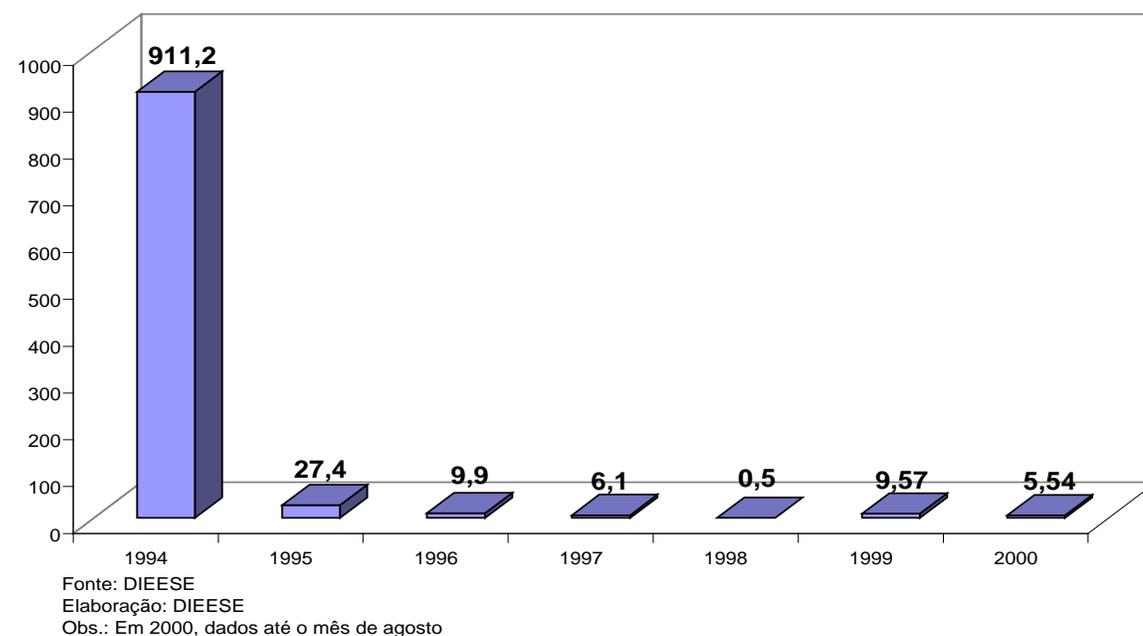
Fonte: IBGE e DIESP
Elaboração: DIEESE

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Custo de Vida

A inflação medida pelo Índice do Custo de Vida no Município de São Paulo (ICV-DIEESE), no período do Plano Real, cai de 911,2%, em 1994, para 0,5%, em 1998. Em 1999, a desvalorização cambial eleva a inflação acumulada para 9,57%. Em 2000, a taxa acumulada até agosto é de 5,54%, como mostra o gráfico 9.

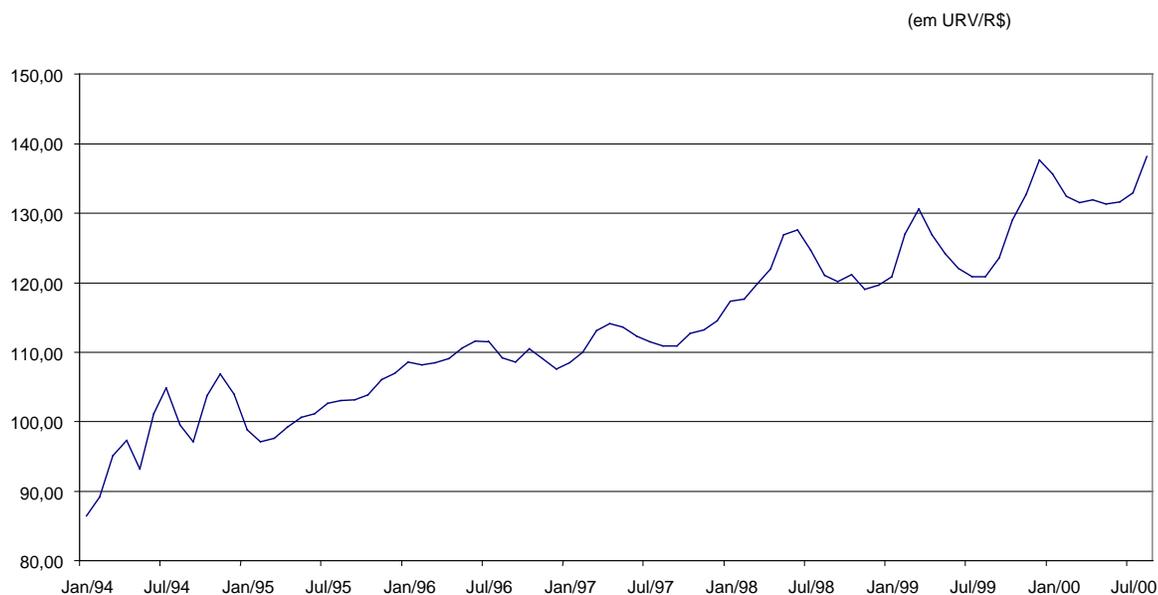
Gráfico 9
Índice de Custo de vida - DIEESE (acumulado no ano)
Município de São Paulo 1994-2000 (em %)



Cesta Básica

O custo da cesta básica DIEESE/Procon - pesquisada no município de São Paulo e composta por produtos de alimentação, higiene pessoal e limpeza doméstica - aumenta de R\$ 104,85, em julho de 1994, para R\$ 138,19, em agosto de 2000, o que representa uma variação de 31,8% (Gráfico 10).

Gráfico 10 -Custo da Cesta Básica - DIEESE/Procon
Município de São Paulo 1994/2000



Fonte: DIEESE/Procon

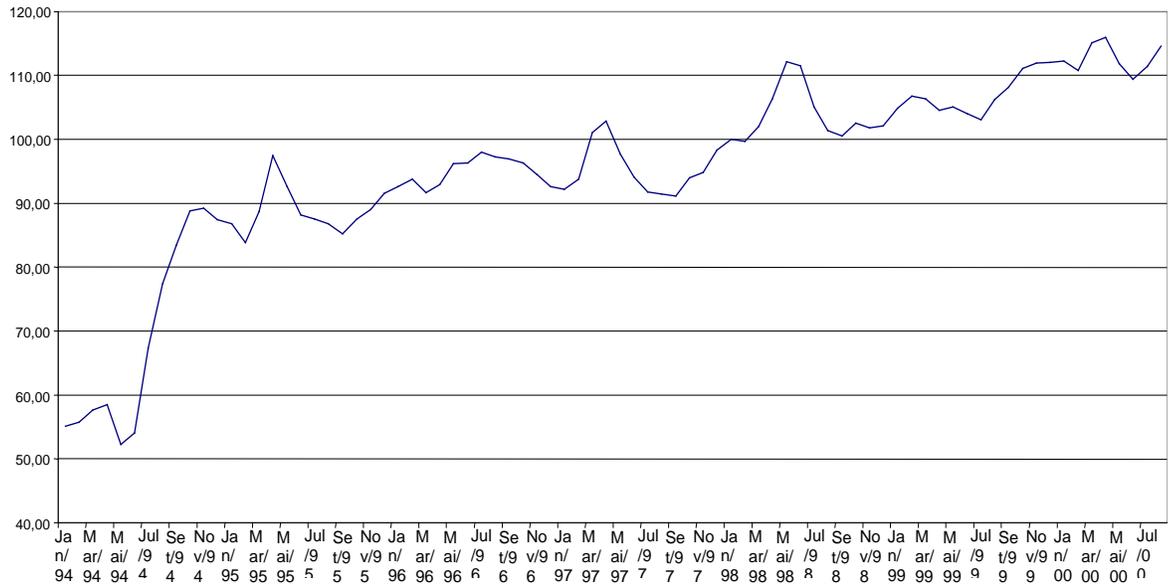
Elaboração: DIEESE

Obs.: Valores expressos em URV até junho/94. Dados de 2000 até o mês de agosto

Entre julho de 1994 e agosto de 2000, os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica, que apura os preços dos alimentos, indicam um aumento de seu custo nas dezesseis capitais acompanhadas pelo DIEESE. O gráfico abaixo mostra que o custo da cesta de produtos básicos cresceu, neste período, na região metropolitana de São Paulo, cerca de 70%.

Gráfico 11 - Custo da Cesta Básica Nacional
São Paulo 1994-2000

(em URV/R\$)



Fonte: DIEESE

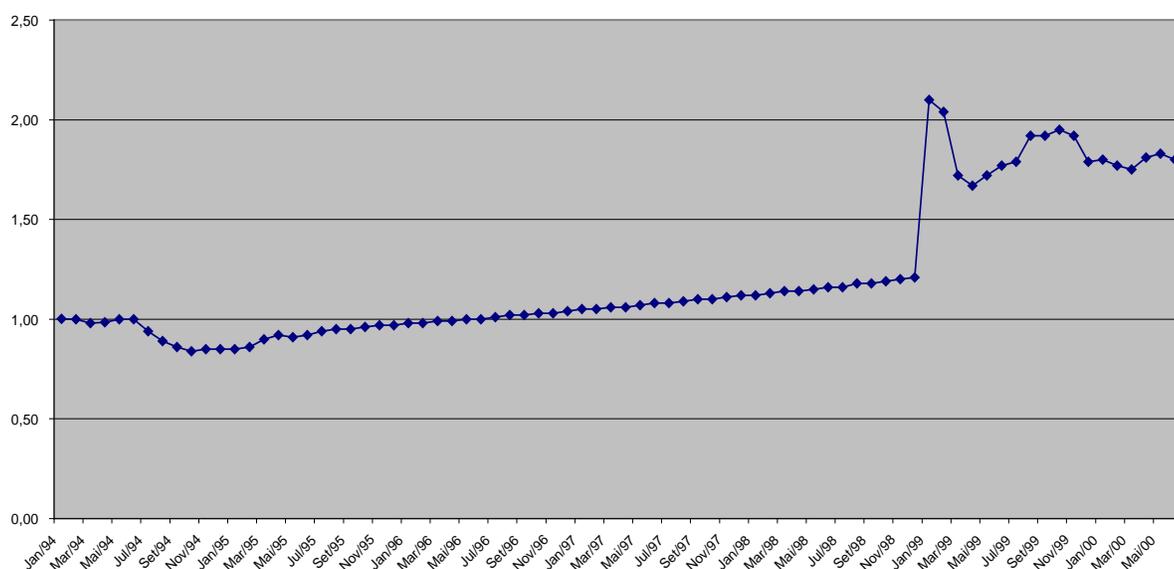
Elaboração.: DIEESE

Obs.: Valores expressos em URV até junho /94. Dados de 2000 até o mês de agosto

Câmbio

A taxa de câmbio apresenta moderada desvalorização desde o início do Plano Real até janeiro de 1999. Junto com a recessão, a estabilidade do câmbio foi um importante instrumento para a contenção do aumento de preços. Em janeiro de 1999, a desvalorização do câmbio provoca sua elevação de R\$ 1,21 para R\$ 2,10. A partir de março, esta desvalorização se reduz, chegando no final de junho de 2000 a R\$ 1,80 (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Taxa de Câmbio Comercial para a Venda - último dia do mês 1994-2000



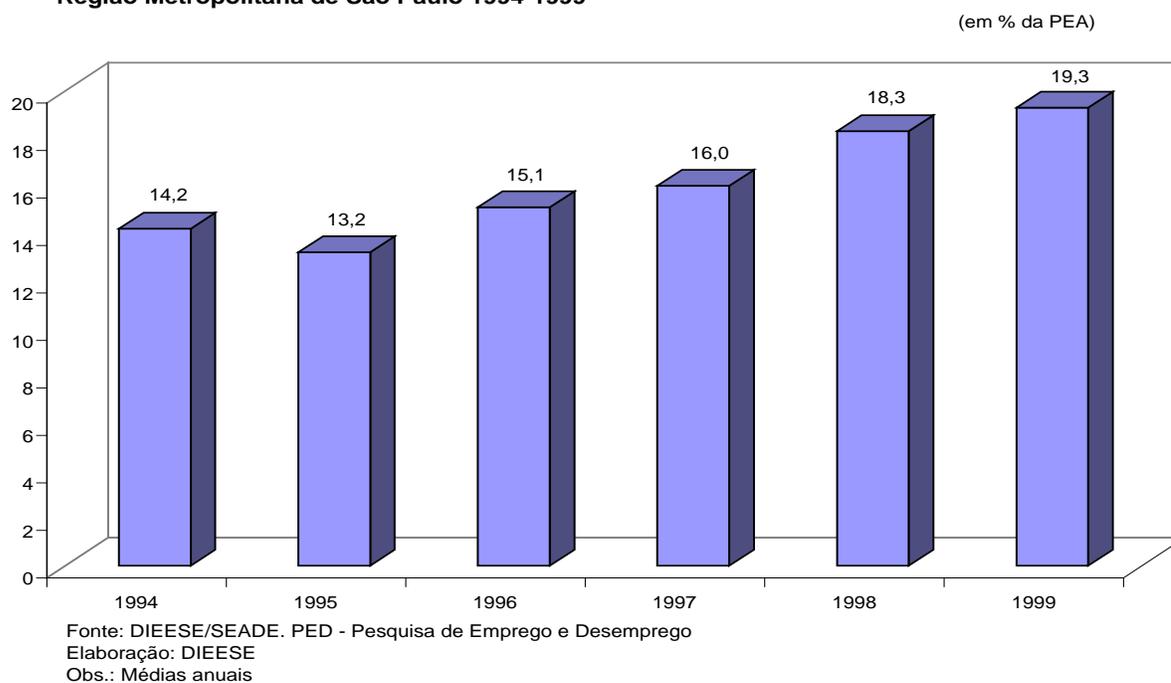
Fonte: Banco Central
Elaboração: DIEESE

COMPORTAMENTO DO EMPREGO

Taxa de Desemprego

O desemprego se eleva em todas as regiões metropolitanas pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)¹. Na Grande São Paulo, a taxa média anual de desemprego muda de 14,2%, em 1994, para 19,3%, em 1999 (Gráfico 13).

**Gráfico 13 -Taxa de Desemprego Total Anual
Região Metropolitana de São Paulo 1994-1999**



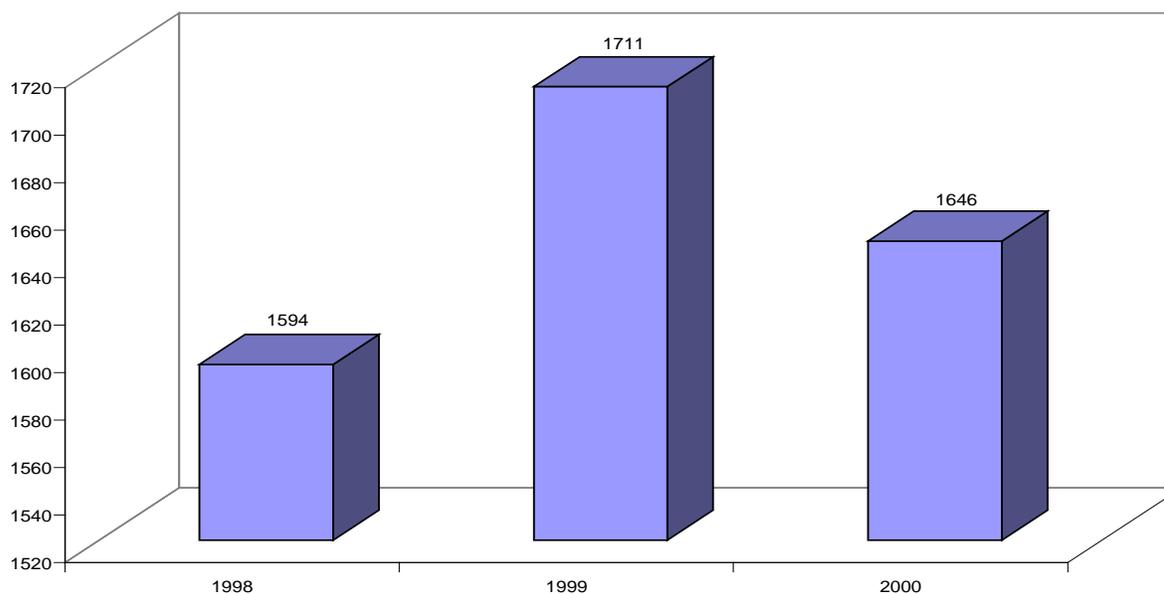
¹ As regiões metropolitanas pesquisadas pela PED são: Salvador, São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre. A pesquisa também é feita no Distrito Federal.

Número de Desempregados

Em 1998, na região metropolitana de São Paulo, os desempregados somavam 1.594 milhões de pessoas. Em 1999, esse total alcança 1.711.000. Até agosto de 2000, apurou-se um total de 1.646.000 pessoas em situação de desemprego. (Gráfico 14).

**Gráfico 14 -Total de desempregados
Região Metropolitana de São Paulo 1998-2000**

(em 1.000 pessoas)



Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

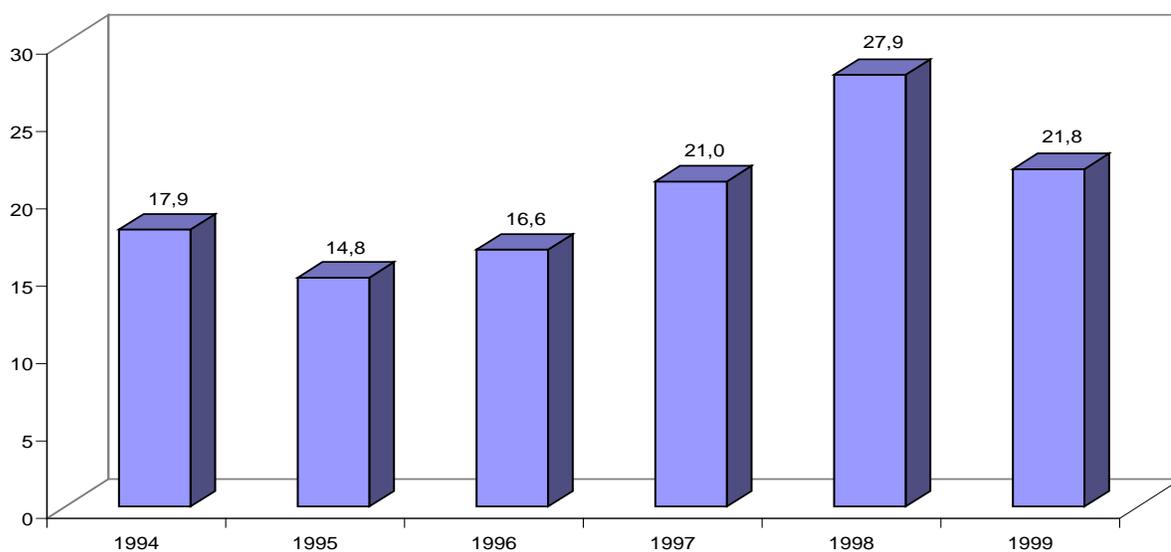
Obs.: Médias anuais, em 2000 dados até o mês de agosto

Desemprego de Longa Duração

Em São Paulo, 17,9% das pessoas desempregadas encontram-se nesta situação há mais de um ano, em 1994 . Após uma pequena queda, em 1995 e 1996, este percentual volta a subir, chegando a 27,9% dos desempregados, em 1998, caindo para 21,8%, em 1999.

**Gráfico 15 -Desempregados que procuram trabalho há mais de 12 meses
Região Metropolitana de São Paulo 1994-99**

(em %)



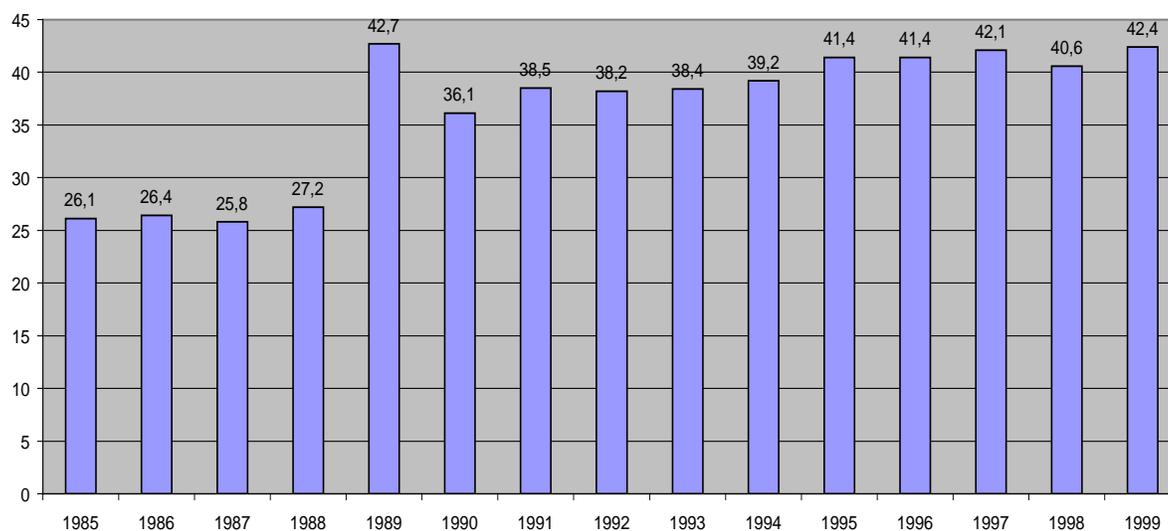
Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE
Obs.: Médias anuais

Jornada de Trabalho

O percentual de ocupados trabalhando mais horas do que a jornada legal apresenta sucessivos aumentos de 1994 a 1997, na Grande São Paulo. Em 1998, a retração da atividade econômica faz este percentual voltar ao mesmo patamar do início do Plano Real, mas em 1999, o percentual pula para 42,4%.

Gráfico 16 - Assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal
Região metropolitana de São Paulo 1985-99

(em %)



Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de emprego e desemprego

Obs.: a) A partir de novembro de 1988, a jornada legal considerada passa de 48 para 44 horas semanais

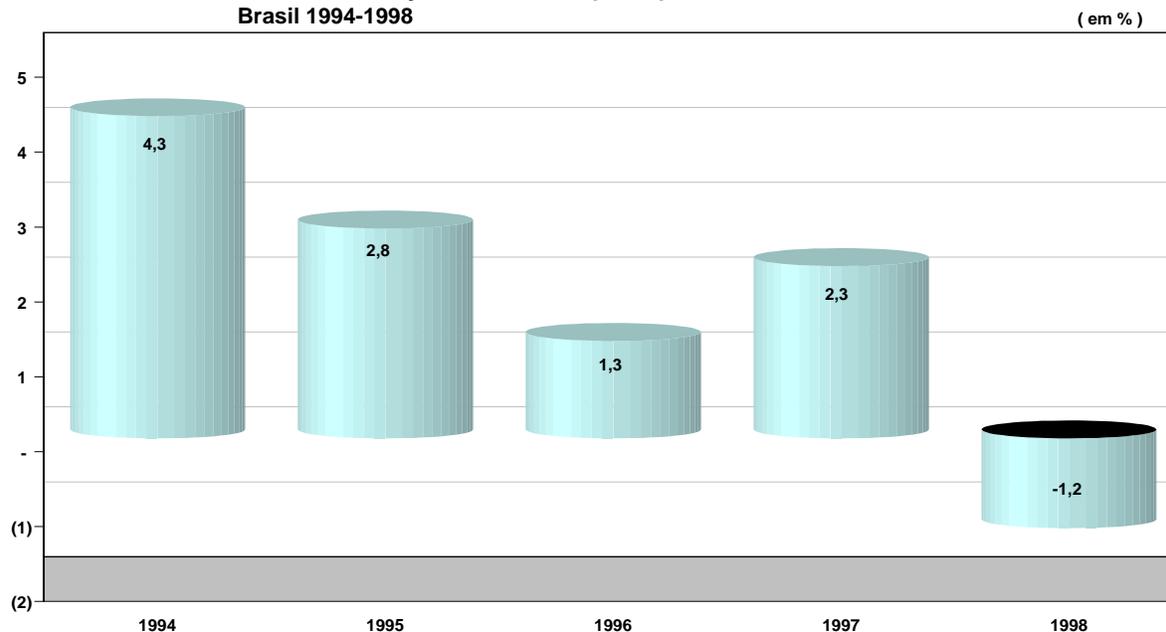
b) Excluídos os assalariados que não trabalharam na semana

COMPORTAMENTO DA RENDA

PIB per capita

A taxa de crescimento do PIB per capita recua no triênio 1994/96, tem pequena elevação em 1997 e volta a cair significativamente em 1998 (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Taxa real de variação anual do PIB per capita
Brasil 1994-1998

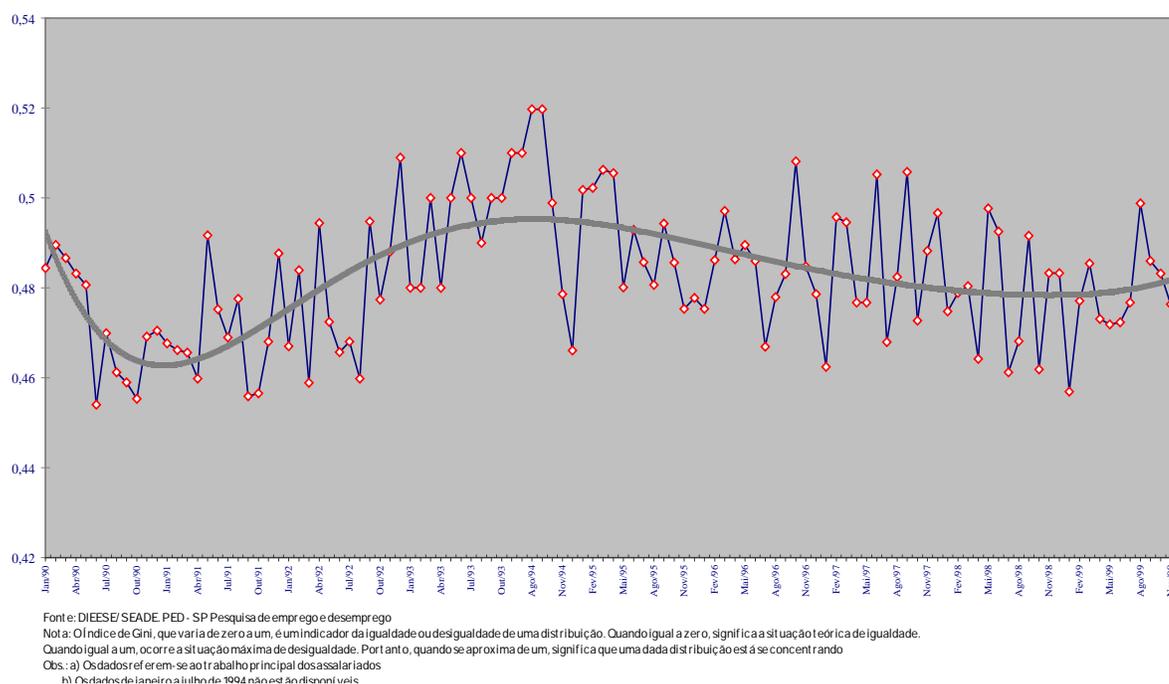


Fonte: IBGE
Elaboração: DIEESE

Distribuição de Renda

Em seu primeiro momento, o Plano Real propicia uma relativa melhora na distribuição de renda, revelada pelo movimento descendente do Índice de Gini, apurado na Região Metropolitana de São Paulo (Gráfico 27). No entanto, esse processo se interrompe a partir de 1996, mantendo-se no mesmo patamar até 1999.

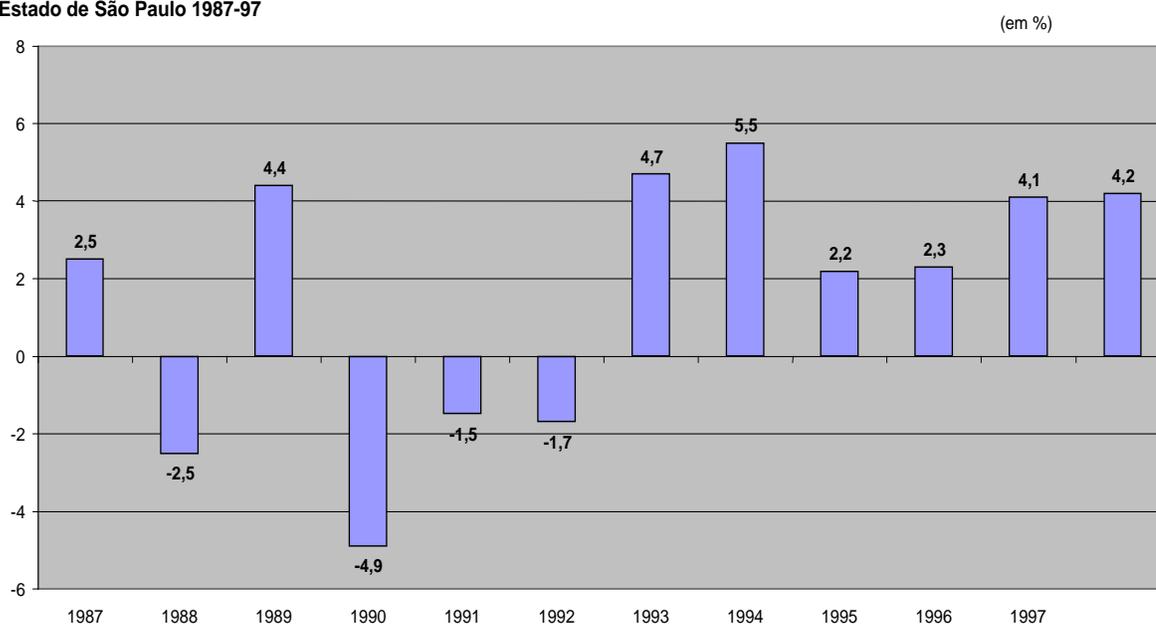
Gráfico 18 - Índice de Gini do rendimento médio nominal mensal dos assalariados Região Metropolitana de São Paulo 1990-99



DESEMPENHO ECONÔMICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A taxa anual de crescimento do PIB no Estado de São Paulo apresentou alguns períodos de queda no final da década de 80 e ao longo da década de 90, como mostra o gráfico 18. Nos anos de 1990, 1991 e 1992, a taxa de variação do produto interno bruto foi negativa, retomando o crescimento no ano seguinte. Em 1996 e 1997, essa taxa ficou em torno de 4%.

Gráfico 19 - Taxa Anual de Crescimento do PIB Real
Estado de São Paulo 1987-97



Fonte: SEADE. São Paulo 1998
Elaboração: DIEESE

A participação do PIB do estado de São Paulo no PIB brasileiro cai de 39,9%, em 1980, para 36,3%, em 1997, como revela a tabela 2. As participações dos setores no PIB mudaram de 1980 para 1997. O setor secundário, em 1980 representava 45% do PIB e esse percentual cai para 39% em 1997. Semelhante é o comportamento do setor de serviços, que apresentava uma taxa de 40%, em 1980, e em 1997, essa taxa cai para 39%.

**Tabela 2 – Participação do PIB do Estado de São Paulo no PIB do Brasil
1980-1997**

(em %)

| Anos | Total | Primário | Secundário | Terciário |
|------|-------|----------|------------|-----------|
| 1980 | 39,96 | 13,39 | 45,23 | 40,58 |
| 1981 | 38,57 | 14,47 | 44,55 | 39,38 |
| 1982 | 38,89 | 14,50 | 44,43 | 39,60 |
| 1983 | 37,80 | 16,65 | 43,30 | 38,50 |
| 1984 | 37,75 | 16,22 | 43,25 | 37,95 |
| 1985 | 37,89 | 16,66 | 43,36 | 38,15 |
| 1986 | 38,47 | 16,10 | 42,96 | 39,29 |
| 1987 | 38,35 | 17,50 | 42,47 | 39,69 |
| 1988 | 37,30 | 15,62 | 42,61 | 38,05 |
| 1989 | 37,70 | 15,19 | 42,93 | 38,69 |
| 1990 | 36,14 | 15,77 | 42,29 | 36,53 |
| 1991 | 36,12 | 15,35 | 42,09 | 36,56 |
| 1992 | 35,75 | 14,57 | 42,00 | 36,48 |
| 1993 | 36,45 | 14,72 | 42,14 | 37,34 |
| 1994 | 36,82 | 13,47 | 42,45 | 38,26 |
| 1995 | 36,24 | 14,24 | 41,37 | 37,82 |
| 1996 | 36,06 | 14,72 | 40,22 | 38,17 |
| 1997 | 36,39 | 14,62 | 39,84 | 38,97 |

Fonte: SEADE. São Paulo 1998

Qual é a natureza do novo processo de crescimento econômico?

A economia brasileira vem, por duas décadas, derrapando no crescimento econômico. Nos anos 80, a crise da dívida externa lançou o país na estagnação e na trajetória da hiperinflação, crescendo então uma média de 2,9% ao ano, duas vezes e meia menos que os 7,5% da média histórica de crescimento pós segunda guerra mundial. Nos anos 90, a economia não foi relançada e cresceu em média, menos do que na década anterior, 1,8%. Hiperinflação, planos de estabilização fracassados, colapso do governo Collor, deixaram no cenário do período a profunda marca da instabilidade e da desconfiança.

A estabilização monetária conquistada na esteira do Plano Real apresentou apenas um efêmero efeito positivo sobre o crescimento. Os anos de 1994 e 1995 registraram avanço na produção, no emprego e na renda, parecendo reinaugurar os bons anos de crescimento. No entanto, a insistência em ancorar a nau da estabilização em uma moeda sobrevalorizada aumentou brutalmente a vulnerabilidade externa do país, que balançou com as sucessivas crises cambiais dos países emergentes: México em 1994, Hong Kong e Tigres Asiáticos em 1997, Rússia em 1998 e finalmente nossa própria queda no domínio das desvalorizações submergentes, no início de 1999.

Para defender o Real-forte após cada uma dessas crises, o governo restringiu o crédito e elevou drasticamente as taxas de juros, derrubando continuamente as taxas de crescimento do PIB. O resultado foi uma rápida evolução das taxas de desemprego, que decolaram de 13,3% para 20,3%, de 1995 a 1999, e um contínuo processo de redução do emprego industrial.

Após a máxi-desvalorização de janeiro de 1999, um dos principais obstáculos ao crescimento foi retirado, a sobrevalorização da moeda. No entanto, o governo optou por uma abordagem de cautela excessiva e manteve as taxas de juros bastante elevadas por quase todo o ano de 1999 e, portanto, as restrições ao crescimento.

O governo projetou, em um de seus últimos Planos Plurianuais, taxas de crescimento de 4% ao ano de 2000 até 2003. Não parece haver dúvida de que essa meta será alcançada no ano corrente, pois já há uma clara recuperação do nível de atividade e mesmo as taxas de desemprego têm sido recorrentemente menores do que as registradas para os mesmos períodos de 1999. A questão é: essa taxa pode se sustentar no período projetado?

A resposta não é simples. Do ponto de vista da estabilização monetária, não há o que temer, pois a inflação gerada pela máxi está sendo absorvida e as taxas estão em queda, apesar do choque de custos provocado pelo aumento do petróleo. Os problemas maiores aparecem em duas frentes: o baixo nível dos investimentos públicos e privados e a vulnerabilidade externa.

O crescimento sustentado exige taxas também crescentes de investimentos, mas os governos, em suas várias esferas, estão depauperados e sem recursos para investir. O setor privado ainda desconfia da política monetária e fiscal e não se anima a arriscar investimentos substantivos na expansão da capacidade instalada, apesar de já estar operando próximo ao seu limite.

O problema da vulnerabilidade externa é grave. O passivo externo brasileiro cresceu muito nos últimos anos, após a farra consumista e o erro de desnacionalizar, através da privatização, setores que não geram dólares. Desta forma, o Brasil chegou a uma situação em que suas exportações são pequenas para gerar os dólares necessários para financiar a remessa de lucros, *royalties* e o serviço da dívida externa. Como crescer significa importar mais e exportar menos, a equação só se resolve com dependência crescente de capitais internacionais para fechar o balanço de pagamentos.

Por enquanto, o horizonte de previsão é bastante restrito. Em 2000, cresceremos 4%. O ano que vem, talvez. Mas, nada se pode declarar ainda para os anos seguintes.

PARTE 2

DEBATE DA NATUREZA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO PERGUNTAS E RESPOSTAS

Principais perguntas

- 1- A economia brasileira já retomou o crescimento sustentado?**
- 2- Quais são os elementos limitadores para um cenário de crescimento sustentado?**
- 3- Quais são os setores potencialmente estrangulados em um cenário de crescimento?**
- 4- Quais serão os setores chave em uma retomada do crescimento?**
- 5- Haverá uma desconcentração regional no Estado de São Paulo nos próximos anos?**
- 6- O emprego manterá a relação atual entre crescimento do PIB e crescimento da ocupação?**
- 7- Em que ritmo a taxa de desemprego cairá nos próximos anos?**
- 8- Qual a composição e qualidade dos empregos que serão gerados nos próximos anos?**
- 9- Qual a composição do capital nos investimentos no Estado de São Paulo?**
- 10- Quais são as políticas do Estado de São Paulo em relação à atração ou manutenção de investimentos?**

1) A economia brasileira já retomou o crescimento sustentado?

Existe um razoável consenso entre economistas de várias instituições (bancos, consultorias, entidades multilaterais, ONU, acadêmicos) de que, após a correção do câmbio em 1998 e a queda dos juros nominais e reais em andamento, a economia brasileira crescerá no próximo triênio a uma taxa em torno de 4% ao ano. Essas projeções coincidem razoavelmente com as metas oficiais do governo brasileiro apresentadas ao FMI.

Recentemente o IFF – Institute of International Finance projetou para 2001 um crescimento do PIB de 5,5%, acima inclusive das metas do governo (FSP, 25/09/2000, Caderno Dinheiro). O mesmo fez a Revista Fortune na sua edição brasileira, n.º 1, que projetou um crescimento de 6% ao ano.

Se as possibilidades de crescimento no curto prazo estão perto do consenso, o mesmo não ocorre em relação ao crescimento sustentado, que depende da taxa de investimento da economia. Mas, infelizmente, há uma estagnação relativa dessa taxa (principalmente do investimento público), que permanece muito abaixo dos cerca de 24% necessários para sustentar o crescimento. No primeiro trimestre de 2000, segundo estimativa do IPEA, a taxa de investimento foi de 18,8%.

Mesmo esse ciclo curto ainda depende de considerações sobre a economia internacional. O crescimento dos preços do petróleo, caso permaneçam, podem implicar em uma queda das taxas de crescimento mundiais e, portanto, de nossas exportações, que representam um importante elemento de recuperação da demanda agregada da economia. Mas, outros efeitos sobre a economia podem ocorrer através dos prováveis efeitos inflacionários da crise do petróleo

e, desta forma, interromper ou reduzir o ritmo de queda das taxas de juros internas.

**Tabela 3 – Projeções de Crescimento do PIB
Brasil 1999 - 2004**

Em %

| Período | PIB – Brasil Projeção da variação anual |
|----------------|----------------------------------------------------|
| 1999 | 1,12 (observado) |
| 2000 | 3,6 |
| 2001 | 4,7 |
| 2002 | 4,6 |
| 2003 | 3,9 |
| 2004 | 3,7 |

Fonte: ONU/LINK in IPEADATA

**Tabela 4 – Quadro de Previsões Anuais de Comportamento do PIB
Brasil 2000 - 20001**

| Instituições | PIB | |
|------------------------|-------------|-------------|
| | 2000 | 2001 |
| Citibank | 4,0 | 4,5 |
| Chase | 3,9 | 4,4 |
| Garantia | 3,4 | 4,0 |
| HSBC | 4,2 | 5,0 |
| LCA | 3,6 | 4,0 |
| Macrométrica | 4,3 | 4,6 |
| MCM Consultores | 4,1 | 4,7 |
| Rosenberg | 3,7 | 4,2 |
| Tendências | 3,6 | 3,9 |
| Média | 3,9 | 4,4 |
| Desvio Padrão | 0,3 | 0,4 |

Fonte: BNDES. Sinopse econômica

**Tabela 5 – Comportamento do PIB, Produção de Bens de Capital, Importações de Bens de Capital, Saldo Comercial e Dívida Externa
Brasil -1992-1999**

| Anos | Crescimento do PIB (%) | Taxa de Investimento (% do PIB) | Crescimento Bens de Capital (%) | Importações de Bens de Capital (US\$ bi) | Saldo Comercial (US\$ bi) | Dívida Externa (US\$ bi) |
|-------------|-------------------------------|----------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|
| 1992 | -0,5 | 18,4 | -6,9 | 4,5 | 15,2 | 135,9 |
| 1993 | 4,9 | 19,3 | 9,6 | 5,0 | 13,2 | 145,7 |
| 1994 | 5,9 | 20,8 | 18,7 | 7,6 | 10,5 | 148,3 |
| 1995 | 4,2 | 20,5 | 0,3 | 11,4 | -3,4 | 159,3 |
| 1996 | 2,8 | 19,3 | -14,1 | 12,7 | -5,6 | 179,9 |
| 1997 | 3,7 | 19,9 | 4,8 | 16,7 | -6,8 | 200,0 |
| 1998 | 0,1 | 19,9 | -1,6 | 16,1 | -6,6 | 235,1 |
| 1999 | 0,8 | 18,9 | - 9,2 | n/d | -1,2 | 241,5 |
| 2000 | 3,84 (1) | 18,8 (2) | n/d | n/d | n/d | 242,5 (3) |

Fonte: DIEESE. Anuário dos trabalhadores

Nota: (1) Até agosto de 2000

(2) 1º trimestre de 2000

(3) Até março de 2000

2) Quais são os elementos limitadores para um cenário de crescimento sustentado?

Como já ressaltado, o crescimento sustentado depende de um crescimento vigoroso e de níveis elevados de investimentos. O aumento dos investimentos diretos no país poderia ajudar a elevar o nível de investimentos privados. No entanto, como parte significativa desses recursos está sendo utilizada em reestruturação patrimonial (aquisições e fusões), perde-se parte importante de seu potencial expansivo da capacidade produtiva.

Esse processo de absorção de IDE (investimentos diretos) traz um limitador adicional ao crescimento: o aumento do passivo líquido externo do país. Na verdade, a desnacionalização da economia brasileira, notadamente em setores de “non-tradables”, implica um fluxo cada vez mais elevado de remessa para o exterior de lucros, *royalties*, sem uma garantia de aumento das exportações que financie esse fluxo, o que acaba por aumentar a dependência externa do país.

**Tabela 6 – Investimentos Diretos, por País de Origem
Brasil 1996 - 2000**

| Anos | 1996 | | 1997 | | 1998 | | 1999 | | 2000 ⁽¹⁾ | | 1995-2000 | |
|---------------------------------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|--------------|---------------------|--------------|--------------------------------------|--------------|
| Países | Fluxo (US\$ mi) | % | Fluxo (US\$ mi) | % | Somatória dos Fluxos (US\$ mi) | % |
| E.U.A | 1.975,4 | 25,8 | 4.382,3 | 28,6 | 4.692,5 | 20,2 | 8.370,8 | 29,4 | 3.744,0 | 23,8 | 23.165,0 | 25,6 |
| Espanha | 586,6 | 7,7 | 545,8 | 3,6 | 5.120,2 | 22,0 | 5.702,2 | 20,0 | 3.686,0 | 23,5 | 15.640,8 | 17,3 |
| Holanda | 526,8 | 6,9 | 1.487,9 | 9,7 | 3.365,0 | 14,5 | 2.055,5 | 7,2 | 1.061,0 | 6,8 | 8.496,2 | 9,4 |
| França | 970,0 | 12,7 | 1.235,2 | 8,1 | 1.805,4 | 7,8 | 1.986,3 | 7,0 | 1.343,0 | 8,6 | 7.339,9 | 8,1 |
| Portugal | 202,7 | 2,6 | 681,0 | 4,5 | 1.755,1 | 7,5 | 2.621,4 | 9,2 | 1.370,0 | 8,7 | 6.630,2 | 7,3 |
| Reino Unido | 91,5 | 1,2 | 182,5 | 1,2 | 127,9 | 0,6 | 1.268,8 | 4,5 | 206,0 | 1,3 | 1.876,7 | 2,1 |
| Alemanha | 212,0 | 2,8 | 195,9 | 1,3 | 412,8 | 1,8 | 487,8 | 1,7 | 251,0 | 1,6 | 1.559,5 | 1,7 |
| Bélgica | 111,5 | 1,5 | 135,6 | 0,9 | 950,4 | 4,1 | 62,2 | 0,2 | 318,0 | 2,0 | 1.577,7 | 1,7 |
| Itália | 12,3 | 0,2 | 57,4 | 0,4 | 646,6 | 2,8 | 408,5 | 1,4 | 157,0 | 1,0 | 1.281,8 | 1,4 |
| Japão | 192,2 | 2,5 | 342,1 | 2,2 | 277,8 | 1,2 | 274,3 | 1,0 | 66,0 | 0,4 | 1.152,4 | 1,3 |
| Suécia | 126,0 | 1,6 | 268,6 | 1,8 | 239,2 | 1,0 | 381,5 | 1,3 | 100,0 | 0,6 | 1.115,3 | 1,2 |
| Suíça | 108,8 | 1,4 | 81,2 | 0,5 | 217,0 | 0,9 | 516,3 | 1,8 | - | - | 923,3 | 1,0 |
| Canadá | 118,5 | 1,6 | 66,2 | 0,4 | 278,6 | 1,2 | 445,4 | 1,6 | 105,0 | 0,7 | 1.013,7 | 1,1 |
| Argentina | 30,1 | 0,4 | 186,9 | 1,2 | 113,3 | 0,5 | 93,4 | 0,3 | - | - | 423,7 | 0,5 |
| Paraísos Fiscais⁽²⁾ | 1.125,2 | 14,7 | 4.086,5 | 26,7 | 2.161,6 | 9,3 | 2.780,4 | 9,8 | 1.847,0 | 11,8 | 12.000,7 | 13,3 |
| Outros | 1.275,8 | 16,6 | 1.376,0 | 9,0 | 1.107,3 | 4,8 | 1.025,0 | 3,6 | 1.452,0 | 9,2 | 6.236,1 | 6,9 |
| Total | 7.665,4 | 100,0 | 15.311,1 | 100,0 | 23.270,7 | 100,0 | 28.479,8 | 100,0 | 15.706,0 | 100,0 | 90.433,0 | 100,0 |

Fonte: FIRCE – BACEN; DEPEC DIBAP- BACEN

Elaboração: SOBEET

Notas: (1) Janeiro a julho/2000

(2) Paraísos Fiscais: Ilhas Caymann, Ilhas Virgens, Ilhas Bahamas e Bermudas

**Tabela 7 – Fusões e Aquisições "Transfronteira" Totais no Mundo
(Posição Vendedora) - 1987-1999**

(US\$ Milhões e %)

| Ano | (A) | (B) Países | (D) Países em | | E=D/A | (F) Brasil | G=F/D |
|------|---------------|---------------|---------------|-----------------|--------|------------|--------|
| | Total Mundial | Desenvolvidos | C=B/A | Desenvolvimento | | | |
| 1987 | 74.509 | 72.787 | 97,69% | 1.721 | 2,31% | 196 | 11,39% |
| 1988 | 115.623 | 112.749 | 97,51% | 2.875 | 2,49% | 287 | 9,98% |
| 1889 | 140.389 | 135.305 | 96,38% | 5.084 | 3,62% | 2 | 0,04% |
| 1990 | 150.576 | 134.239 | 89,15% | 16.337 | 10,85% | 217 | 1,33% |
| 1991 | 80.713 | 74.047 | 91,74% | 6.666 | 8,26% | 158 | 2,37% |
| 1992 | 79.280 | 68.349 | 86,21% | 10.932 | 13,79% | 174 | 1,59% |
| 1993 | 83.064 | 67.621 | 81,41% | 15.443 | 18,59% | 624 | 4,04% |
| 1994 | 127.110 | 110.632 | 87,04% | 16.448 | 12,94% | 367 | 2,23% |
| 1995 | 186.593 | 163.949 | 87,86% | 22.544 | 12,08% | 1.761 | 7,81% |
| 1996 | 227.023 | 187.616 | 82,64% | 39.407 | 17,36% | 6.536 | 16,59% |
| 1997 | 304.848 | 232.084 | 76,13% | 72.763 | 23,87% | 12.064 | 16,58% |
| 1998 | 531.648 | 443.196 | 83,36% | 87.788 | 16,51% | 29.376 | 33,46% |
| 1999 | 720.109 | 643.025 | 89,30% | 75.239 | 10,45% | 9.396 | 12,49% |

Fonte: UNCTAD. WIR 2000 – World Investment Report
Elaboração: SOBEET

3) Quais são os setores potencialmente estrangulados em um cenário de crescimento?

Os estrangulamentos físicos da economia brasileira podem surgir em vários setores, basicamente por causa do alto endividamento do setor público e de sua baixa propensão à novos investimentos. Mas, o setor privado também não tem apresentado alta propensão ao investimento, tanto que há vários setores operando próximos ao limite de sua capacidade instalada, apesar de uma média baixa de crescimento do PIB (1,8%) durante a década de 90.

Os desembolsos do BNDES têm sido cadentes nos últimos dois anos para praticamente todos os setores da economia, notadamente para a indústria mecânica, material de transporte, celulose e papel, química, produtos alimentares e bebidas. Estes elementos constituem um cenário nada animador para o crescimento sustentado.

Os estrangulamentos físicos tendem a surgir nos setores que exigem longo período de maturação dos investimentos: geração e distribuição de energia elétrica; abastecimento de água; infra-estrutura de transportes; aços planos; química; papel e celulose, entre outros. No caso dos “tradables”, em tese, poderiam ser importados, mas essas importações são limitadas pelo seu financiamento e o comportamento das taxas de câmbio.

**Tabela 8 – Desembolsos Setoriais do Sistema BNDES ⁽¹⁾
Brasil - 1999 - 2000**

(em R\$ milhões)

| Setores | 1999 | 2000 | Variação % | Participação % 2000 |
|-------------------------------------------------------|-------|-------|------------|------------------------|
| Total | 9.824 | 9.753 | -0,7 | 100,0 |
| Agropecuária | 864 | 952 | 10,2 | 9,8 |
| Ind. de Transformação | 5.283 | 4.373 | -17,2 | 44,8 |
| Metalurgia | 551 | 1.101 | 99,9 | 11,3 |
| Mecânica | 497 | 274 | -44,8 | 2,8 |
| Material de Transporte | 2.053 | 1.473 | -28,3 | 15,1 |
| Celulose e Papel | 244 | 112 | -54,4 | 1,1 |
| Química. Produtos Farmacêuticos Perfumaria e Velas | 351 | 191 | -45,6 | 2,0 |
| Produtos Alimentares de Bebidas | 853 | 574 | -32,7 | 5,9 |
| Outras | 735 | 648 | -11,8 | 6,6 |
| Infra – Estrutura | 2.602 | 3.298 | 26,7 | 33,8 |
| Serviços | 924 | 1.069 | 15,7 | 11,0 |
| Outros | 150 | 62 | -59,0 | 0,6 |

Fonte: BNDES. Sinopse econômica

Nota: ⁽¹⁾ Acumulado até julho de cada ano, a preços de julho de 2000 – deflator IGP-DI

**Tabela 9 - Projeção da Utilização da Capacidade Instalada na Indústria
Brasil -1997 – 2004**

(em %)

| Período | Utilização da Capacidade Instalada na Indústria |
|-------------|----------------------------------------------------|
| 1997 | 83,0 |
| 1998 | 80,5 |
| 1999 | 79,4 |
| 2000 | 81,3 |
| 2001 | 83,7 |
| 2002 | 85,8 |
| 2003 | 86,8 |
| 2004 | 87,1 |

Fonte: ONU/LINK in: IPEADATA

4) Quais os setores chaves em uma retomada de crescimento?

Em 1999, estava programado um montante de investimentos para o Brasil de cerca de US\$ 354,9 bilhões contra os US\$351 bilhões de 1998. O total de investimentos programados em 1999 não se modificou muito em relação ao ano anterior, apesar das previsões pessimistas em relação ao desempenho da economia brasileira, devido a desvalorização cambial ocorrida no início de 1999 e a conseqüente fuga de capitais estrangeiros.

O total de investimentos programados contabilizado para o Estado de São Paulo somou US\$75,5 bilhões, valor que representa 21,3% do total do Brasil, em 1999. Estes investimentos perfazem cerca de 26,5% do PIB do estado paulista. São Paulo é ainda o estado que mais atrai novos investimentos, quando comparado com os demais estados, conforme mostra a tabela 10:

Tabela 10 – Investimentos Programados no Brasil, no Estado de São Paulo e em Estados Selecionados – 1998 - 2005

| Estados | 1998 (em US\$ milhões) | % em relação ao total | 1999 (em US\$ milhões) | % em relação ao total |
|-------------------|---------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|
| São Paulo | 69.429,5 | 19,8% | 75.436,5 | 21,3% |
| Rio de Janeiro | 27.622,5 | 7,9% | 36.192,4 | 10,2% |
| Bahia | 23.483,5 | 6,7% | 20.508,9 | 5,8% |
| Paraná | 21.742,6 | 6,2% | 18.423,8 | 5,2% |
| Rio Grande do Sul | 21.295,3 | 6,1% | 18.014,1 | 5,1% |
| Minas Gerais | 20.516,0 | 5,8% | 17.740,5 | 5,0% |
| Brasil | 351.049,8 | - | 354.908,5 | - |

Fonte: Gazeta Mercantil. Atlas do mercado brasileiro
Elaboração: DIEESE

Segundo informações do SEADE e da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, São Paulo lidera o ranking dos estados que recebem capitais estrangeiros. Do total de capitais que ingressaram no país, cerca de US\$ 30 bilhões, 45% deste total foi investido no estado paulista.

Dentre as inversões programadas por setor da economia no Estado de São Paulo, são os serviços públicos os que mais atraíram investimentos, pois cerca de 36% dos investimentos aconteceram neste setor. Em seguida, tem-se o setor de transporte e armazenagem, com cerca de 20% dos investimentos programados e o setor de petroquímica, com uma taxa de 9,5%. O maior empreendimento a ser realizado no Estado de São Paulo é a construção da Companhia Nacional de Produtos Petroquímicos (CNPP), em Paulínia, interior do Estado, investimento da OPP Petroquímica e Petrobrás.

**Tabela 11 – Investimentos Programados
Estado de São Paulo – 1998 -2005**

| Setor | Investimentos (em US\$ milhões) | % do Total |
|------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------|
| Serviços Públicos | 26,862.1 | 35,6% |
| Transporte e Armazenagem | 15,365.2 | 20,4% |
| Química e Petroquímica | 7,137.3 | 9,5% |
| Autopeças e Material de Transporte | 6,437.3 | 8,5% |
| Construção | 5,766.6 | 7,6% |
| Serviços Gerais | 2,758.3 | 3,7% |
| Metalurgia | 2,071.3 | 2,7% |
| Informática e Telecomunicações | 1,531.8 | 2,0% |
| Eletroeletrônica | 904.7 | 1,2% |
| Madeira/Móveis/Papel | 894.2 | 1,2% |
| Não Metálicos | 830.2 | 1,1% |
| Farmacêuticos/Higiene | 822.0 | 1,1% |
| Alimentos | 739.3 | 1,0% |
| Mecânica | 633.2 | 0,8% |
| Plásticos/Borrachas | 495.9 | 0,7% |
| Comunicação | 473.3 | 0,6% |
| Comércio Varejista | 472.0 | 0,6% |
| Financeiro | 469.3 | 0,6% |
| Bebidas e Fumo | 340.3 | 0,5% |
| Têxtil e Couro | 280.8 | 0,4% |
| Comércio Atacadista | 66.4 | 0,1% |
| Comércio Exterior | 49.5 | 0,1% |
| Cana/Açúcar/Álcool | 25.2 | 0,0% |
| Distribuidores de Veículos e Peças | 9.4 | 0,0% |
| Total | 75,435.6 | 100,0% |

Fonte: Gazeta Mercantil. Atlas do mercado brasileiro
Elaboração: DIEESE

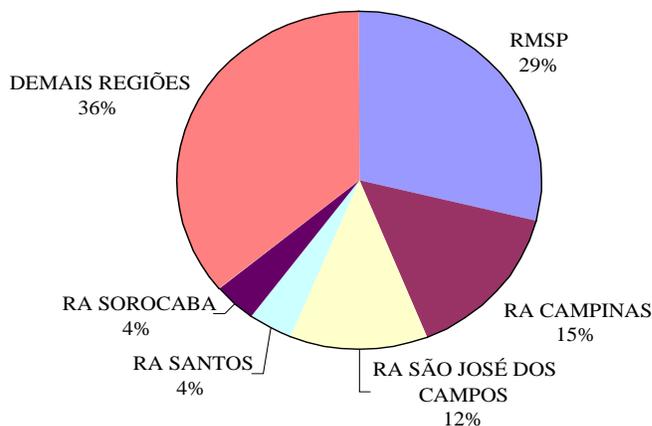
5) Haverá uma desconcentração regional no Estado de São Paulo nos próximos anos?

Tradicionalmente, a capital de São Paulo sempre atraiu mais investimentos, por ser um pólo de maior número de consumidores e por possuir um maior número de mão-de-obra qualificada. Mas, essa realidade vem mudando ao longo do tempo. Uma análise mais aprofundada dos investimentos que vem acontecendo na Região Metropolitana de São Paulo, feita pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, mostra que a grande maioria dos investimentos nesta área constituem-se de extensões de plantas já existentes ou são reflexo de reestruturação do processo produtivo ou referem-se à implantação de novos produtos. A explicação está no fato do crescimento dos chamados “custos de aglomeração”, particularmente os custos de terrenos e transportes.

Segundo dados da Gazeta Mercantil, existe hoje uma forte tendência de realização de investimentos no interior do Estado, ou seja, uma descentralização dos investimentos antes realizados na capital de São Paulo, com a instalação de novas empresas no interior. Apesar disso, a capital paulista apresenta um montante de investimentos programados da ordem de US\$13 bilhões. Esse montante, somado aos investimentos programados no litoral paulista e a região do ABC, atinge US\$ 20 bilhões. Em contrapartida, a região de Campinas, que engloba cerca de 14 cidades, apresenta um volume de investimentos perto de US\$ 12 bilhões.

Segundo dados do SEADE, em 1998, do total das decisões dos investimentos privados no Estado, 29% se concentraram na região metropolitana de São Paulo, e 71% nas demais regiões do interior do Estado, conforme mostra o gráfico 19.

Gráfico 20 – Distribuição das Decisões de Investimentos Privados no Estado de São Paulo por Regiões Administrativas - 1995/1998



Fonte: Secretaria de Ciência e Tecnologia de Desenvolvimento Econômico/ Fundação Seade
Posição em 15 de dezembro de 1998

Tabela 12 - Evolução da Participação do Valor Adicionado Fiscal Total e da Indústria Região Metropolitana de São Paulo, Interior e Região do ABC – 1989/1998

(em %)

| Região/Ano | Valor Adicionado Total | | Valor Adicionado Indústria | |
|----------------------------|------------------------|--------------|----------------------------|--------------|
| | 1989 | 1998 | 1989 | 1996 |
| Estado de São Paulo | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| RMSP ⁽¹⁾ | 51,7 | 49,9 | 56,5 | 52,0 |
| Interior | 48,3 | 50,1 | 43,5 | 48,0 |
| Região do ABC | 11,94 | 10,52 | 15,31 | 14,75 |
| Diadema | 1,86 | 1,42 | 2,62 | 2,38 |
| Mauá | 1,81 | 1,21 | 2,05 | 1,59 |
| Ribeirão Pires | 0,27 | 0,17 | 0,4 | 0,34 |
| Rio Grande da Serra | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,01 |
| Santo André | 2,23 | 1,68 | 2,72 | 1,87 |
| SB Campo | 4,18 | 4,69 | 5,86 | 7,24 |
| SC Sul | 1,56 | 1,32 | 1,63 | 1,32 |

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Elaboração: Fundação SEADE

Nota: (1) Inclusive a Região do ABC

6) O emprego manterá a relação atual entre crescimento do PIB e crescimento da ocupação?

A relação do crescimento do PIB com o crescimento da ocupação vem sendo modificada de forma significativa nos anos 90. Isso implica que, para gerar o mesmo volume de emprego será necessário um crescimento do PIB superior àqueles verificados durante as décadas anteriores ou uma mudança no parâmetros institucionais da economia (jornada de trabalho e horas extras).

As causas são conhecidas: abertura da economia, com a ampliação da participação de insumos importados na produção nacional e o aumento da produtividade, gerado pelas inovações tecnológicas e organizacionais.

**Tabela 13 – Relação da Variação do PIB e da Variação da Ocupação
Estado de São Paulo - 1986 - 2002**

| Período | Crescimento da Ocupação (A) | Média Anual do Período | Variação do PIB (B) | Média Anual do Período | (A) / (B) | Média Anual da Produtividade Industrial |
|-----------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------------|------------------|------------------------------------------------|
| 1986 a 1989 | 15,1% | 3,6% | 12,0% | 2,9% | 1,26 | - 0,35% |
| 1990 a 1994 | 6,4% | 1,2% | 2,3% | 0,45% | 2,78 | 5,0% |
| 1995 a 1997 | 5,4% | 1,8% | 9,6% | 3,1% | 0,56 | 10,2% |
| 1993 a 1997 | 10,0% | 1,9% | 22,4% | 4,1% | 0,45 | 9,9% |
| 2000 a 2002 ⁽¹⁾ | 5,6% | 1,8% | 12,5% | 4,0% | 0,45 | 10,0% |

Fonte: DIEESE, SEADE e IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) projeção

**Tabela 14 – Relação do Crescimento da Produção com o Emprego
na Indústria de Transformação
Estado de São Paulo - Períodos:1985-1989, 1990-1994 e 1995-1999**

| Anos 1985 – 1989 | % de Crescimento da Produção (1) | % de Variação do Emprego (2) | Coefficiente (2) / (1) | Anos | % de Queda da Produção (1) | % de Variação do Emprego (2) | Coefficiente (2) / (1) |
|---------------------|-------------------------------------------|------------------------------------|---------------------------|--------------|-------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------|
| 1985 | 4,61 | 7,80 | | 1987 | -4,69 | 1,74 | |
| 1986 | 14,78 | 12,36 | | 1988 | -9,60 | -4,00 | |
| 1989 | 1,57 | 1,21 | | | | | |
| Média | 6,84 | 7,02 | 1,03 | Média | -7,12 | -1,10 | -0,15 |
| Anos 1990 – 1994 | % de Crescimento da Produção (1) | % de Variação do Emprego (2) | Coefficiente (2) / (1) | Anos | % de Queda da Produção (1) | % de Variação do Emprego (2) | Coefficiente (2) / (1) |
| 1993 | 9,31 | -5,35 | | 1990 | -22,47 | -5,24 | |
| 1994 | 0,73 | -4,63 | | 1991 | -2,53 | -11,11 | |
| | | | | 1992 | -0,64 | -12,39 | |
| Média | 4,93 | -4,99 | -1,01 | Média | -8,11 | -9,54 | -1,18 |
| Anos 1995 - 1999 | % de Crescimento da Produção (1) | % de Variação do Emprego (2) | Coefficiente (2) / (1) | Anos | % de Queda da Produção (1) | % de Variação do Emprego (2) | Coefficiente (2) / (1) |
| 1995 | 7,14 | -2,57 | | 1998 | -0,86 | -8,06 | |
| 1997 | 1,25 | -8,02 | | 1999 | -7,11 | -6,11 | |
| 2000 | 2,35 | -0,58 | | | | | |
| Média | 3,55 | -3,68 | -1,04 | Média | -3,94 | -7,08 | -1,80 |

Fonte: FIESP. Departamento Econômico
Elaboração : DIEESE

7) Em que ritmo a taxa de desemprego cairá nos próximos anos?

Essa é uma questão crucial. Se o padrão observado no período de 1993 a 1997 permanecer, o crescimento econômico pode não gerar uma queda do desemprego e sim um discreto aumento.

Na tabela 15, verifica-se que houve um período típico de crescimento com elevação do desemprego, que poderia nos conduzir à tese do “jobless growth”. Isso não ocorria no final dos anos 80 (86 a 89), período em que o crescimento econômico era acompanhado por uma substantiva queda nas taxas de desemprego.

No entanto, apesar dos dados, o comportamento das taxas de desemprego durante o ano de 2000 revela queda em comparação com os mesmos meses do ano anterior e que, portanto, o padrão de crescimento desempregador pode estar se modificando. Desta forma, as taxas de desemprego poderão cair no período de 2000 a 2002. Se projetarmos os dados de 2000, chegaremos a uma queda média de 7,1% das taxas de desemprego.

Assim teríamos para 2000 uma taxa média de 17,9%; 2001 de 16,7% ; 2002 de 15,5%; 2003 de 14,4% e 2004 de 13,4%. Apenas em 2004 voltaríamos à média de 1995, que foi de 13,2%, considerando-se a hipótese de 5 anos de crescimento a uma taxa média de 4,5% no Estado de São Paulo.

**Tabela 15 – Relação da Variação do PIB e da Variação do Desemprego
Estado de São Paulo - 1986 - 2002**

| Período | Taxa Média do Desemprego | Taxa de Variação da Taxa de Desemprego (1) | Taxa Média de Variação da Taxa de Desemprego | Variação do PIB(2) | Média Anual do Período | (1) / (2) |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------------|--------------------|------------------------|-----------|
| 1986 a 1989 | 9,3% | 28,7% | - 6,5% | 12,0% | 2,9% | -2,4 |
| 1993 a 1997 | 14,6% | 5,3% | 1,0% | 22,4% | 4,1% | 0,24 |
| 2000 a 2002 ⁽¹⁾ | - | 3,0% | 1,0% | 12,5% | 4,0% | 0,24 |

Fonte: DIEESE, SEADE e IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) projeção

**Tabela 16 – Taxas de Desemprego
Região Metropolitana de São Paulo - 1999 - 2000**

| Meses | Taxa de desemprego em 1999 (1) | Taxa de desemprego em 2000 (2) | Variação (2)/(1) |
|-------------------------|--------------------------------|--------------------------------|------------------|
| Jan | 17,8 | 17,7 | - 0,56 |
| Fev | 18,7 | 17,7 | - 5,3% |
| Mar | 19,9 | 18,4 | - 7,5% |
| Abr | 20,3 | 18,6 | - 8,4% |
| Mai | 20,3 | 18,7 | - 7,9% |
| Jun | 19,9 | 18,6 | - 6,5% |
| Jul | 20,1 | 18,6 | - 7,5% |
| Ago | 19,6 | 17,7 | - 9,7% |
| Média no Período | 19,6 | 18,2 | - 7,1% |

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

8) Qual a composição e qualidade dos empregos que serão gerados nos próximos anos?

Projetar a composição do emprego é um exercício difícil. Uma forma de se pensar a questão é verificar a trajetória recente dessa composição, considerando como dadas as mudanças significativas no mercado de trabalho (crescimento do setor de serviços, recuo do emprego público, queda do emprego industrial) e deduzir que essa trajetória permanecerá.

Os dados da PCV-Seade e PED- Seade/Dieese para os anos de 1994 e 1998 revelam que houve um aumento na proporção das ocupações de direção e planejamento, uma diminuição das ocupações de execução, tanto de qualificados como de semi-qualificados e aumento das ocupações de apoio.

Essa pode ser uma indicação dos efeitos do processo de reengenharia e de terceirização. A primeira, reduzindo os níveis hierárquicos nas empresas, principalmente nas atividades de execução, e a segunda, ampliando as ocupações de apoio.

Como ambos os processos ainda estão em difusão na estrutura econômica do Estado, é razoável se esperar que essa mudança de composição continue na mesma trajetória. Também é razoável esperar uma piora na qualidade dos empregos, à medida em que houve uma redução das ocupações qualificadas e semi-qualificadas nas ocupações de execução, além de uma queda das ocupações com carteira assinada.

**Tabela 17 – Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos, segundo Setores de Atividade Econômica
Estado de São Paulo -1994 – 1998**

| Setores | Agrupamentos Urbanos | | | | | | |
|-----------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| | RMSP | Central | Leste | Litoral | Norte | Oeste | Vale do Paraíba |
| 1994 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Indústria | 25,3 | 21,4 | 28,3 | 12,6 | 25,8 | 15,2 | 26,0 |
| Comércio | 16,9 | 16,7 | 16,3 | 18,1 | 16,9 | 20,2 | 14,9 |
| Serviços | 44,8 | 43,8 | 40,4 | 52,3 | 41,0 | 45,9 | 41,6 |
| Outros ⁽¹⁾ | 13,0 | 18,1 | 15,0 | 17,0 | 16,3 | 18,7 | 17,5 |
| 1998 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Indústria | 19,8 | 19,2 | 24,3 | 10,0 | 24,7 | 18,4 | 23,7 |
| Comércio | 16,7 | 15,9 | 14,5 | 17,0 | 16,1 | 17,0 | 15,8 |
| Serviços | 48,8 | 45,9 | 43,5 | 55,6 | 45,2 | 46,8 | 46,3 |
| Outros ⁽¹⁾ | 14,6 | 19,0 | 17,6 | 17,4 | 14,0 | 17,9 | 14,2 |

Fonte: SEADE/DIEESE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida – PCV

Nota (1) - Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, Agropecuária, etc.

**Tabela 18 – Distribuição dos Ocupados, por Agrupamentos Urbanos, segundo Posição na Ocupação
Estado de São Paulo -1994 - 1998**

| Região / Ano | Assalariados Com Carteira | | Assalariados Sem Carteira | | Assalariados Setor Público | | Autônomo | | Empregador ⁽¹⁾ | | Empregado Doméstico | |
|----------------|---------------------------|------|---------------------------|------|----------------------------|------|----------|------|---------------------------|-------|---------------------|-------|
| | 94 | 98 | 94 | 98 | 94 | 98 | 94 | 98 | 94 | 98 | 94 | 98 |
| Estado | 43,5 | ... | 11,2 | ... | 12,1 | ... | 16,5 | ... | 7,0 | ... | 7,6 | ... |
| RMSP | 44,8 | 41,5 | 11,4 | 12,0 | 11,2 | 8,6 | 16,4 | 15,4 | 7,0 | 7,8 | 7,3 | 8,4 |
| Litoral | 37,1 | 37,3 | 11,3 | 11,7 | 15,2 | 12,3 | 18,2 | 16,5 | (6,7) | 8,2 | 10,1 | 10,0 |
| Paraíba | 37,0 | 44,7 | 11,1 | 11,6 | 15,2 | 12,5 | 17,8 | 14,8 | 6,4 | (6,1) | 9,1 | (6,6) |
| Central | 40,0 | 36,5 | 10,6 | 12,7 | 15,3 | 14,5 | 16,3 | 15,9 | 7,0 | 7,8 | 8,0 | 8,1 |
| Norte | 40,3 | 37,5 | 10,1 | 11,6 | 13,6 | 15,2 | 18,8 | 20,7 | 6,3 | (6,5) | 7,9 | (6,2) |
| Oeste | 37,0 | 34,1 | 10,9 | 14,2 | 14,9 | 13,8 | 19,5 | 17,8 | 7,2 | 8,6 | 8,4 | 7,8 |
| Leste | 45,6 | 39,8 | 11,4 | 14,3 | 12,6 | 10,1 | 13,7 | 15,9 | 7,5 | 8,4 | 6,6 | 8,2 |

Fonte: SEADE/DIEESE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida – PCV

Nota: ⁽¹⁾ Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, Agropecuária, etc.

**Tabela 19 – Distribuição dos Ocupados por Setores de Atividade Econômica segundo Agrupamentos Urbanos e Tipo de Qualificação
Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo e Interior – 1994-1998**

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Estado | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 14,5 | 16,9 |
| | Execução | 57,9 | 52,7 |
| | Qualificado | 9,6 | 8,8 |
| | Semi-Qualificado | 34,0 | 30,3 |
| | Não Qualificado | 14,3 | 13,6 |
| | Apoio | 17,7 | 18,7 |
| | Não Operacional | 7,2 | 7,0 |
| | Serviços de Escritório | 5,0 | 4,9 |
| | Serviços Gerais | 5,6 | 6,8 |
| | Mal Definidas | 9,9 | 11,8 |

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| RMSP | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 14,3 | 17,3 |
| | Execução | 57,2 | 50,8 |
| | Qualificado | 9,6 | 8,5 |
| | Semi-Qualificado | 33,7 | 29,0 |
| | Não Qualificado | 13,9 | 13,3 |
| | Apoio | 18,6 | 19,6 |
| | Não Operacional | 7,5 | 7,5 |
| | Serviços de Escritório | 5,2 | 4,9 |
| | Serviços Gerais | 5,9 | 7,2 |
| | Mal Definidas | 9,9 | 12,3 |

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Interior | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 14,9 | 16,0 |
| | Execução | 59,2 | 56,6 |
| | Qualificado | 9,4 | 9,4 |
| | Semi-Qualificado | 34,7 | 32,9 |
| | Não Qualificado | 15,1 | 14,3 |
| | Apoio | 15,9 | 16,7 |
| | Não Operacional | 6,5 | 5,8 |
| | Serviços de Escritório | 4,5 | 5,0 |
| | Serviços Gerais | 5,0 | 5,9 |
| | Mal Definidas | 9,9 | 10,8 |

Continua...

...continuação

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Central | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 16,4 | 16,0 |
| | Execução | 60,3 | 57,5 |
| | Qualificado | 9,8 | 10,1 |
| | Semi-Qualificado | 33,8 | 34,6 |
| | Não Qualificado | 16,8 | 12,7 |
| | Apoio | 14,0 | 14,9 |
| | Não Operacional | 5,8 | (4,8) |
| | Serviços de Escritório | (4,0) | (5,3) |
| | Serviços Gerais | (4,2) | (4,8) |
| | Mal Definidas | 9,3 | 11,7 |

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Leste | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 16,7 | 15,9 |
| | Execução | 57,7 | 57,8 |
| | Qualificado | 9,5 | 9,3 |
| | Semi-Qualificado | 36,1 | 32,7 |
| | Não Qualificado | 12,1 | 15,8 |
| | Apoio | 15,4 | 15,7 |
| | Não Operacional | 5,9 | 5,7 |
| | Serviços de Escritório | 4,6 | 4,3 |
| | Serviços Gerais | 4,9 | 5,6 |
| | Mal Definidas | 10,1 | 10,7 |

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| RM Santos | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 14,2 | 15,6 |
| | Execução | 57,5 | 52,5 |
| | Qualificado | 8,6 | 7,5 |
| | Semi-Qualificado | 32,8 | 31,6 |
| | Não Qualificado | 16,1 | 13,4 |
| | Apoio | 19,6 | 21,3 |
| | Não Operacional | 7,7 | 7,4 |
| | Serviços de Escritório | (4,7) | (5,5) |
| | Serviços Gerais | 7,2 | 8,4 |
| | Mal Definidas | 8,7 | 10,6 |

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Norte | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 12,9 | 17,4 |
| | Execução | 59,6 | 53,9 |
| | Qualificado | 8,8 | 9,3 |
| | Semi-Qualificado | 31,9 | 29,9 |
| | Não Qualificado | 18,9 | 14,7 |
| | Apoio | 15,7 | 17,6 |
| | Não Operacional | 6,1 | (5,9) |
| | Serviços de Escritório | 4,8 | (5,2) |
| | Serviços Gerais | 4,8 | (6,4) |
| | Mal Definidas | 11,8 | 11,1 |

Continua...

conclusão

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Vale do Paraíba | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 12,2 | 15,1 |
| | Execução | 62,4 | 59,4 |
| | Qualificado | 11,9 | 8,8 |
| | Semi-Qualificado | 34,8 | 35,7 |
| | Não Qualificado | 15,7 | 14,9 |
| | Apoio | 15,2 | 15,3 |
| | Não Operacional | 7,7 | (4,9) |
| | Serviços de Escritório | (3,2) | (5,4) |
| | Serviços Gerais | (4,2) | (5,1) |
| | Mal Definidas | 10,2 | 10,2 |

| Agrupamentos Urbanos | Tipo de Qualificação | 1994 | 1998 |
|-----------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Oeste | Total | 100,0 | 100,0 |
| | Direção e Planejamento | 15,0 | 15,1 |
| | Execução | 59,6 | 59,4 |
| | Qualificado | 7,8 | 8,8 |
| | Semi-Qualificado | 36,8 | 35,7 |
| | Não Qualificado | 15,1 | 14,9 |
| | Apoio | 16,5 | 15,3 |
| | Não Operacional | 6,4 | (4,9) |
| | Serviços de Escritório | 5,4 | (5,4) |
| | Serviços Gerais | (4,7) | (5,1) |
| | Mal Definidas | 8,9 | 10,2 |

Fonte: SEADE/DIEESE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego e Fundação SEADE. Pesquisa de Condições de Vida – PCV

Nota: (1) Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, Agropecuária, etc.

9) Qual a composição do capital nos investimentos no Estado de São Paulo?

Segundo os dados preliminares da pesquisa realizada pela secretaria de Ciência e Tecnologia sobre os investimentos realizados em São Paulo, das 46 empresas que responderam ao questionário, percebe-se a participação dominante do capital estrangeiro neste conjunto de empresas. Os principais setores são o automobilístico, fabricação de celulose, papel e produtos de papel, produtos minerais não metálicos e material elétrico e de comunicações. Já as empresas nacionais dominam os setores têxtil, de alimentos e bebidas, de impressão e reprodução de gravações, de refino de petróleo, de produtos químicos, de metalurgia básica, produtos de metal; e fabricação de outros equipamentos de transporte.

**Tabela 20 - Origem do Capital das Unidades Empresariais Pesquisadas
São Paulo - 1999**

| Origem do capital | Número de unidades empresariais | Em % |
|---------------------------------------------|----------------------------------------|-------------|
| Capital Nacional | 16 | 34.8% |
| Capital Estrangeiro | 21 | 45.7% |
| Joint Venture Nacional e Estrangeiro | 8 | 17.4% |
| Total | 45 | 100% |

Fonte: Pesquisa IPT/DEES. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo in Silveira (1999)

Obs.: Dados preliminares

10) Quais as políticas do Estado de São Paulo em relação a atração e manutenção dos investimentos?

O Estado de São Paulo ainda é o estado que mais atrai investimentos no país, apesar da criação de novos pólos industriais em Curitiba, pela indústria automobilística, Ilhéus, no setor de informática e dos investimentos da Ford na Bahia. As explicações mais comuns para o interesse do investidor no Estado de São Paulo são tanto pela proximidade do grande mercado consumidor localizado na capital do Estado e no seu interior, quanto a existência de uma infra-estrutura que garante a viabilização destes investimentos: boas estradas, aeroportos, energia, escolas, saúde rede de serviços pessoais e empresariais, serviços de telecomunicações, proximidade com a rede de fornecedores, além de uma mão-de-obra qualificada.

Segundo dados preliminares da pesquisa realizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de São Paulo, (Silveira, 1999) percebe-se que o Estado tem perdido “competitividade” nos setores que dependem de mão de obra desqualificada e barata, nas indústrias onde a instalação nos estados vizinhos permite manter a proximidade com o mercado consumidor. A pesquisa revela também que os investimentos no Estado de São Paulo são mais intensivos em capital e em conhecimento.

Não existe, no entanto, nenhuma política específica de atração de novos investimentos ou mesmo de manutenção dos investimentos anteriores. O que ocorre são acordos específicos entre o governo de estado e alguns setores, para que as empresas não saiam de São Paulo. Como exemplo, cita-se o caso da indústria de frigoríficos, cujo acordo de redução de alíquotas de ICMS permitiu que se evitasse a ida das empresas para o Estado de Goiás.

No caso da instalação da planta da Embraer no município de Gavião Peixoto, perto da cidade de Araraquara, foi feita a desapropriação de vários terrenos, antes usados para a plantação de laranjas, para que pudesse ser instalada a fábrica da empresa. O governo do estado declarou as áreas como de utilidade pública e desapropriou o terreno para que Araraquara se torne um pólo aeroespacial da Embraer, conforme informações da Gazeta Mercantil.

Bibliografia

- ATLAS DO MERCADO BRASILEIRO. São Paulo, Gazeta Mercantil, a.2, n.2, 1999.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. In: www.bacen.gov.br
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasília, Banco Central do Brasil, 1999/2000 (vários números).
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Anual – 1998. Brasília, 1999. 230 p.
- BOLETIM DIEESE . 5 anos do Plano Real. São Paulo, DIEESE, n. 214 jul.-ago., 1999. Separata.
- BOLETIM DIEESE . Um ano de desvalorização do Real. São Paulo, DIEESE, n. 217, jan.-fev., 2000. Edição especial.
- DIEESE. **Anuário dos trabalhadores - 2000**. São Paulo (no prelo).
- _____. **A recessão e os trabalhadores**. São Paulo, 1992. 36 p. (Pesquisa DIEESE ; 5).
- Fundação SEADE. **Guia de Investimentos**. In: www.seade.gov.br
- _____. **São Paulo – 1998**. São Paulo, 1998. 304 p.
- IBGE. **Produto Interno Bruto**. In: www.ibge.gov.br
- INDICADORES DIESP. São Paulo, FUNDAP, v.8, n. 79, jul./ago. 2000.
- IPEADATA. **Banco de dados macroeconômico**. In: www.ipea.gov.br
- SILVEIRA, Carlos Eduardo F. **Tecnologia e emprego nos investimentos industriais recentes em São Paulo**. 1999. (mimeo).